



Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2013

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2013

01 Análise dos resultados consolidados	4
02 Evolução dos negócios	16
Negócios de Telecomunicações em Portugal	16
Negócios Internacionais	25
Demonstrações financeiras consolidadas	31
Glossário	55

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Telecomunicações em Portugal

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões de euros)
Residencial		183
Pessoal	> PT Comunicações 100%	156
Empresa	> TMN 100%	202
Outros		93
<i>Total</i>		<i>634</i>

Telecomunicações no Brasil

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões reais, 100%)
Residencial		2.555
Pessoal	> Oi 23,3%	2.316
Empresa		2.079
Outros		91
<i>Total</i>		<i>7.041</i>

Outros negócios de telecomunicações

			Receitas (Milhões de euros)
Unitel 25% ^(a) ^(b)	> Angola	> Móvel	376
CTM 28% ^(b) ^(c)	> Macau	> Fixo, movel	37
MTC 34% ^(a)	> Namibia	> Móvel	20
CVT 40% ^(a)	> Cabo Verde	> Fixo, movel	9
Timor Telecom 41% ^(d)	> Timor Leste	> Fixo, movel	7
CST 51% ^(a)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, movel	1

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (c) Em 13 janeiro de 2013, a PT anunciou ter celebrado um acordo definitivo para a venda da sua participação na CTM à Citic Telecom International Holdings Limited. (d) A PT aumentou a participação na Timor Telecom de 41,2% para 44,17% em março de 2013

Outros negócios

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%]; Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%]; Call centers e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1T13	1T12	Δ12/13
Receitas operacionais	1.552,6	1.715,7	(9,5%)
Portugal ⁽²⁾	634,4	680,4	(6,8%)
Residencial	182,5	176,9	3,2%
Pessoal	156,3	169,3	(7,7%)
Empresas	202,2	226,0	(10,5%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	93,4	108,2	(13,6%)
Brasil - Oi	723,9	788,4	(8,2%)
Outros e eliminações	194,2	246,9	(21,3%)
Custos operacionais ⁽³⁾	1.026,3	1.144,0	(10,3%)
Custos com pessoal	248,2	293,3	(15,3%)
Custos diretos dos serviços prestados	266,2	295,7	(10,0%)
Custos comerciais	122,2	124,6	(1,9%)
Outros custos operacionais	389,7	430,4	(9,4%)
EBITDA ⁽⁴⁾	526,3	571,7	(7,9%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	12,5	16,2	(22,7%)
Amortizações	340,4	346,7	(1,8%)
Resultado operacional ⁽⁵⁾	173,4	208,8	(17,0%)
Outros custos (receitas)	(20,9)	11,1	n.s.
Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos	0,6	0,9	(24,4%)
Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado	(0,4)	0,9	n.s.
Outros custos (ganhos) líquidos	(21,1)	9,4	n.s.
Resultado antes de resultados fin. e impostos	194,2	197,7	(1,7%)
Custos (ganhos) financeiros	123,2	96,6	27,5%
Juros suportados (obtidos) líquidos	145,7	107,6	35,4%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(40,1)	(46,2)	(13,4%)
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	17,6	35,2	(50,2%)
Resultado antes de impostos	71,1	101,0	(29,7%)
Imposto sobre o rendimento	(32,3)	(21,2)	52,2%
Resultado antes de interesses não controladores	38,8	79,8	(51,4%)
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(12,0)	(24,4)	(50,7%)
Resultado líquido consolidado	26,7	55,4	(51,7%)

(1) A demonstração dos resultados consolidados foi ajustada de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e a TMN. (3) Custos operacionais = custos com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Receitas operacionais consolidadas

No 1T13, as **receitas operacionais consolidadas** diminuíram em 163 milhões de euros para 1.553 milhões de euros (-9,5% face ao 1T12), refletindo principalmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (116 milhões de euros) e a diminuição nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (46 milhões de euros) e dos negócios internacionais, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma maior contribuição da Oi.

01 Análise dos resultados consolidados

No 1T13, as **receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal** diminuíram 6,8% face ao 1T12, tendo melhorando a tendência face ao 4T12 (-8,1% face ao 4T11). Este desempenho foi atingido apesar dos efeitos adversos de calendário, incluindo o facto do ano 2012 ter sido bissexto e da Páscoa ter sido no 1T13, e devido ao crescimento sustentado no segmento Residencial, à melhoria da tendência nos segmentos Pessoal e grossista, e apesar da deterioração no segmento Empresas. A diminuição total nas receitas deve-se principalmente: (1) ao decréscimo nas receitas no segmento Empresas (24 milhões de euros, -10,5% face ao 1T12), explicado pelas estratégias de forte corte de custos implementadas pelas grandes empresas e pelas PME's, levando a uma redução do consumo e aumento da pressão nos preços; (2) ao decréscimo nas receitas do segmento Pessoal (13 milhões de euros, -7,7% face ao 1T12), em resultado de menores receitas de cliente (12 milhões de euros, -8,6% face ao 1T12), reflectindo condições económicas adversas e um ambiente competitivo agressivo, e não obstante a melhoria sequencial da tendência trimestral (-11,2% no 3T12 face ao 3T11; -9,1% no 4T12 face ao 4T11 e -8,6% no 1T13 face ao 1T12), e menores receitas de interligação (5 milhões de euros, -40,2% face ao 1T12), no seguimento da diminuição das tarifas reguladas e cujo o impacto irá diminuir ao longo de 2013, sendo mais significativo durante o 1S13, efeitos que mais do que compensaram o aumento nas vendas (5 milhões de euros, +40,7% face ao 1T12), e (3) menores receitas grossistas e outras (15 milhões de euros, -13,6% face ao ano anterior), incluindo o impacto de menores vendas de capacidade (8 milhões de euros, -26% face ao 1T12), a diminuição no negócio de listas telefónicas (3 milhões de euros, -31,6% face ao 1T12) e a diminuição nas receitas de postos públicos. Os efeitos negativos acima descritos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas do segmento Residencial (6 milhões de euros, +3,2% face ao 1T12), principalmente nas receitas de TV por subscrição e de banda larga, impulsionadas pelo forte desempenho e aumento contínuo de quota de mercado dos clientes triple-play do MEO. No 1T13, o impacto total nas receitas dos efeitos adversos de calendário ascendeu a 5 milhões de euros, enquanto o impacto total direto da regulação ascendeu a 14 milhões. Excluindo o impacto da regulação, as receitas do negócio de telecomunicações em Portugal teriam diminuído 4,6% no 1T13 face ao 1T12.

As **receitas da Oi**, consolidadas proporcionalmente, ascenderam a 724 milhões de euros (7.451 milhões de reais, equivalente a 100%) no 1T13, o que compara com 788 milhões de euros (7.130 milhões de reais, equivalente a 100%) no 1T12, uma diminuição de 64 milhões de euros que refletiu, principalmente, o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (100 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, a contribuição da Oi para as receitas operacionais consolidadas da PT no 1T13 teria atingido 824 milhões de euros, um aumento de 35 milhões de euros, explicado principalmente por: (1) um aumento nas receitas do segmento Residencial, devido à contribuição positiva nas receitas de banda larga e de TV por subscrição, que mais do que compensou a diminuição nas receitas de voz fixa; (2) um aumento nas receitas do segmento de Mobilidade Pessoal, suportado pelo aumento nas receitas de tráfego, de banda larga e mensalidades, impulsionadas pelo forte enfoque da Oi nos segmentos pós-pago e de maior rendimento, e (3) maior volume de vendas, refletindo a estratégia da Oi de alargar o âmbito da sua presença no mercado móvel. As receitas da Oi foram consolidadas proporcionalmente, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi, que consolida integralmente a Oi.

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intragrupo, diminuíram 21,3% no 1T13 face ao 1T12, para 194 milhões de euros, refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro (22 milhões de euros). Excluindo este efeito, a diminuição nas outras receitas é explicada, principalmente, pelo menor contributo da Contax.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 58,7% no 1T13, enquanto o Brasil representou 53,7%.

01 Análise dos resultados consolidados

Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, diminuíram 118 milhões de euros (-10,3%) para 1.026 milhões de euros no 1T13, face a 1.144 milhões de euros no 1T12, refletindo principalmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (83 milhões de euros). Excluindo este efeito cambial, os custos operacionais consolidados teriam diminuído 3,0% (35 milhões de euros) face ao 1T12, para 1.109 milhões de euros no 1T13, essencialmente em resultado de menores contribuições: (1) dos negócios de telecomunicações em Portugal (10 milhões de euros), refletindo reduções nas despesas com serviços de terceiros e com marketing e publicidade em resultado de uma política de contenção de custos, uma redução nos custos diretos e nos custos dos produtos vendidos, em resultado da diminuição nos serviços prestados e nas vendas, e menores comissões que beneficiaram de uma menor taxa de desligamento; e (2) dos ativos brasileiros (14 milhões de euros), beneficiando de menores custos com pessoal, custos diretos e provisões que mais do que compensaram um aumento nas despesas com serviços de terceiros, nomeadamente relacionadas com despesas de manutenção; e (3) dos negócios em África (5 milhões de euros).

Os **custos com pessoal** diminuíram 45 milhões de euros (-15,3%) para 248 milhões de euros no 1T13, face a 293 milhões de euros no 1T12 refletindo principalmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (19 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos com o pessoal teriam diminuído 8,7% face ao 1T12 (26 milhões de euros), refletindo essencialmente menores contribuições: (1) da Oi (24 milhões de euros), beneficiando de menores remunerações variáveis que mais do que compensaram um aumento nas remunerações fixas devido à internalização de algumas operações externas, à expansão dos canais de vendas e ao desenvolvimento de filiais regionais ao longo do ano 2012 que se traduziram num aumento do número de empregados e (2) da Contax (6 milhões de euros), beneficiando de uma mudança na legislação brasileira a partir do 2T12 que se traduziu em menores encargos sociais. Estes efeitos mais do que compensaram uma maior contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (3 milhões de euros) principalmente em resultado da alocação de recursos técnicos a atividades de manutenção e reparação devido às condições climatéricas adversas que se verificaram no 1T13. Os custos com pessoal representaram 16,0% das receitas operacionais consolidadas no 1T13.

Os **custos diretos** diminuíram 30 milhões de euros no 1T13 (-10,0%) para 266 milhões de euros, refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (21 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 2,9% face ao 1T12 (9 milhões de euros), essencialmente devido a menores contribuições: (1) da Oi (4 milhões de euros), refletindo essencialmente uma redução nos custos de interligação explicada por uma redução no tráfego e pelo efeito líquido da redução nas tarifas de terminação móvel (MTR), parcialmente compensado por aumentos na TU-RL e no tráfego de SMS; (2) dos negócios em África (2 milhões de euros); e (3) dos negócios de telecomunicações em Portugal (1 milhão de euros), em resultado de menores custos de tráfego na TMN, explicados pelo impacto da redução nas MTR reguladas e pela diminuição nos custos de interligação de roaming, e também menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas, efeitos que mais do que compensaram o aumento nos custos de programação. Os custos diretos representaram 17,1% das receitas operacionais consolidadas no 1T13.

Os **custos comerciais**, os quais incluem custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade, permaneceram relativamente estáveis em 122 milhões de euros no 1T13 quando comparados com 125 milhões de euros no 1T12, embora influenciados pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (7 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam aumentado 3,5% face ao 1T12 (4 milhões de euros), devido principalmente a uma maior contribuição da Oi (16 milhões de euros), refletindo um aumento nos

01 Análise dos resultados consolidados

custos das mercadorias vendidas, em resultado do retorno da Oi ao mercado de venda de equipamentos e em linha com a sua estratégia de foco no segmento de alto valor, e um aumento nos custos com comissões, explicados por uma atividade comercial mais intensa que se traduziu em maiores vendas e serviços prestados. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (12 milhões de euros), explicada por: (1) menores custos das mercadorias vendidas devido a menores vendas de equipamentos, menor subsídio e um menor custo médio por aparelho; (2) menores custos com comissões, apesar do contínuo crescimento de clientes refletindo essencialmente uma menor taxa de desligamento, e (3) menores despesas com marketing e publicidade, refletindo o enfoque na eficiência e controlo de custos. Os custos comerciais representaram 7,9% das receitas operacionais consolidadas no 1T13.

Os **outros custos operacionais**, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, diminuíram 41 milhões de euros no 1T13 para 390 milhões de euros, face a 430 milhões de euros no 1T12, refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (36 milhões de euros). Excluindo este efeito, os outros custos operacionais teriam diminuído 1,1% (5 milhões de euros) no 1T13 para 426 milhões de euros, basicamente devido a menores contributos das empresas de suporte ao negócio em Portugal e dos negócios em África, efeitos que mais do que compensaram um aumento das operações no Brasil (4 milhões de euros), refletindo essencialmente maiores despesas de manutenção e reparação na Oi, devido ao aumento na base de clientes e foco na elevada qualidade. Os outros custos operacionais nos negócios de telecomunicações em Portugal permaneceram praticamente estáveis em 126 milhões de euros no 1T13, quando comparados com 125 milhões de euros no 1T12, beneficiando da implementação da rede FTTH da Portugal Telecom e de um extenso programa de transformação de *filed force* os quais foram compensados por maiores custos com manutenção e reparação associados às condições climáticas adversas que se verificaram no 1T13.

EBITDA

No 1T13, o **EBITDA consolidado** diminuiu 45 milhões de euros (-7,9% face ao 1T12) para 526 milhões de euros, comparando com 572 milhões de euros no 1T12, devido essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (33 milhões de euros) e à diminuição no EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal (36 milhões de euros, -11,7% face ao 1T12), refletindo menores receitas (46 milhões de euros), incluindo os efeitos desfavoráveis de calendário acima referidos e as condições climáticas adversas, as piores dos últimos 40 anos e que originaram custos de manutenção mais elevados. Esta diminuição foi parcialmente compensada por uma maior contribuição da Oi (24 milhões de euros, excluindo efeito cambial), refletindo essencialmente a melhoria das receitas como explicado acima e também menores custos com pessoal e provisões, efeitos que mais do que compensaram o aumento dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros e dos custos comerciais. Excluindo o efeito cambial, o EBITDA nos outros negócios manteve-se estável em 36 milhões de euros.

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	1T13	1T12	Δ12/13
Portugal	271,6	307,7	(11,7%)
Brasil • Oi	220,7	227,3	(2,9%)
Outros	34,0	36,8	(7,6%)
EBITDA	526,3	571,7	(7,9%)
Margem EBITDA (%) ⁽²⁾	33,9	33,3	0,6pp

(1) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (2) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais

01 Análise dos resultados consolidados

O EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 272 milhões de euros no 1T13 (-11,7% face ao 1T12), equivalente a uma margem de 42,8%. O desempenho do EBITDA resultou da diminuição nas receitas de serviço (43 milhões de euros), as quais têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 42 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu 36 milhões de euros, refletindo o enfoque contínuo na redução de custos e na rentabilidade das operações. Este desempenho é ainda mais notável por ter sido conseguido apesar das fortes chuvas registadas no 1T13, uma vez que a precipitação total no 1T13 foi 6,7x superior ao 1T12 e 2,4x superior à média do primeiro trimestre dos dois anos anteriores. Este facto afeta os clientes de cobre que necessitam de mais suporte ao cliente, aumentando as atividades de manutenção, incluindo mais deslocações técnicas. O impacto total combinado das condições climáticas adversas nos custos do 1T13, incluindo maiores despesas externas e remunerações em horário extraordinário mais elevadas, e dos custos associados ao lançamento do M4O, atingiu os 6 milhões de euros no trimestre. Excluindo estes efeitos, os custos dos negócios de telecomunicações em Portugal teriam diminuído 4,1% no 1T13 face ao 1T12. O desempenho dos custos nos negócios de telecomunicações em Portugal foi impactado ainda por maiores custos diretos nas grandes empresas, refletindo principalmente o maior peso dos serviços de valor acrescentado e dos serviços TI/SI neste segmento.

No 1T13, o EBITDA da Oi ascendeu a 221 milhões de euros (2.272 milhões de reais, equivalente a 100%), o que compara com 227 milhões de euros (2.055 milhões de reais, equivalente a 100%) no 1T12, uma diminuição de 7 milhões de euros que inclui o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (30 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, a contribuição da Oi para o EBITDA consolidado da PT teria registado um aumento de 24 milhões de euros, face ao mesmo período do ano anterior, para 251 milhões de euros no 1T13, explicada principalmente pelo crescimento nas receitas operacionais e por menores custos com pessoal, refletindo a decisão da Oi de reduzir as remunerações variáveis, e por menores provisões. Estes efeitos mais do que compensaram maiores custos com fornecimentos e serviços externos, devido ao aumento nos custos de manutenção que reflete o aumento de clientes e o enfoque no aumento da qualidade, e também por maiores custos comerciais, nomeadamente em comissões e custos das mercadorias vendidas, refletindo o aumento da atividade comercial. O EBITDA da Oi foi consolidado proporcionalmente, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi, que consolida integralmente a Oi.

O EBITDA dos outros negócios diminuiu 7,6% face ao 1T12 (3 milhões de euros) para 34 milhões de euros no 1T13, refletindo a desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro (5 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, o EBITDA dos outros negócios registou um crescimento de cerca de 2 milhões de euros, refletindo aumentos nas receitas da MTC (3 milhões de euros) e da Contax (4 milhões de euros), os quais mais do que compensaram menores contribuições da Cabo Verde Telecom, devido ao ambiente regulatório adverso, e da Timor Telecom.

Os negócios internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 52,0% do EBITDA consolidado da PT no 1T13. Enquanto o Brasil representou 44,7% do EBITDA nesse período, face a 49,3% e 42,1% no 1T12, respetivamente.

Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma diminuíram de 16 milhões de euros no 1T12 para 13 milhões de euros no 1T13, devido a um menor contributo dos negócios de telecomunicações em Portugal (4 milhões de euros), o qual reflete a redução nas taxas de desconto realizada no final de 2012, o que levou à diminuição do custo financeiro

01 Análise dos resultados consolidados

líquido no 1T13. Os custos com benefícios de reforma em 2012 foram reexpressos de forma a refletir o impacto da adoção da revisão da IAS 19 Benefícios dos Empregados. Está disponível informação adicional na secção “Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas”.

As amortizações diminuíram para 340 milhões de euros no 1T13, comparado com 347 milhões de euros no 1T12 (-1,8% face ao 1T12). Excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (22 milhões de euros), as amortizações teriam aumentado 4,5% no 1T13 face ao 1T12 (16 milhões de euros) para 362 milhões de euros. Este aumento é explicado, principalmente, por uma maior contribuição da Oi (19 milhões de euros, excluindo efeito cambial) em resultado do aumento nos investimentos realizados em 2012, nomeadamente na cobertura e capacidade das redes 2G e 3G, na capacidade, capilaridade e qualidade das redes fixa e de banda larga e na aquisição das licenças 4G-LTE. As amortizações mais elevadas na Oi foram parcialmente compensadas por menores amortizações no negócio de telecomunicações em Portugal (5 milhões de euros), refletindo a diminuição no capex ocorrida em 2012, face aos investimentos realizados nos anos anteriores em tecnologias de futuro e redes de nova geração, ou seja, em FTTH e cobertura 4G-LTE.

Os outros ganhos líquidos situaram-se nos 21 milhões de euros no 1T13, face a custos de 9 milhões de euros no 1T12. O aumento de 31 milhões de euros reflete principalmente o impacto da negociação do contrato de concessão da rede fixa com o Governo Português.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 146 milhões de euros no 1T13, o que compara com 108 milhões de euros no 1T12, refletindo principalmente: (1) o aumento no custo médio da dívida líquida, excluindo a consolidação proporcional da Oi e Contax, de 3,6% no 1T12 para 5,3% no 1T13, em resultado de um menor retorno das aplicações e também de um aumento do custo da dívida bruta de 4,4% no 1T12 para 4,9% no 1T13, e (2) uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, incluindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média, o que mais do que compensou a redução no custo da dívida do Brasil e a desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. O aumento da dívida líquida da Oi é explicado principalmente: (1) pelos pagamentos efetuados em abril de 2012 relativos à simplificação societária da Oi; (2) pelo free cash flow negativo gerado entre o 1T12 e o 1T13, que reflete essencialmente pagamentos efetuados referentes a processos judiciais em curso, e (3) pelos dividendos pagos em maio e em agosto de 2012.

Os ganhos em empresas associadas ascenderam a 40 milhões de euros no 1T13, que compara com 46 milhões de euros no 1T12, desempenho principalmente explicado por efeitos fiscais e cambiais, uma vez que, do ponto de vista operacional, os ativos consolidados como empresas associadas continuam a apresentar um bom desempenho.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, diminuíram de 35 milhões de euros no 1T12 para 18 milhões de euros no 1T13, refletindo principalmente: (1) maiores perdas cambiais líquidas (9 milhões de euros), devido ao impacto da desvalorização do Dólar Americano face ao Euro no 1T12 sobre os ativos denominados em dólares; (2) uma redução nas outras despesas financeiras líquidas da Oi, relativas principalmente a serviços bancários e outras despesas financeiras, e (3) menores comissões nas operações em Portugal.

O imposto sobre o rendimento ascendeu a 32 milhões de euros no 1T13 e a 21 milhões de euros no 1T12, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 45,4% e de 21,0%, respetivamente. O aumento da taxa efetiva de imposto reflete, principalmente, uma taxa efetiva significativamente menor nas operações no Brasil no 1T12. Ajustada pela contribuição das operações no Brasil, e por despesas financeiras não dedutíveis mais elevadas e por

01 Análise dos resultados consolidados

maiores provisões para imposto sobre o rendimento nas operações em Portugal no 1T13, a taxa efetiva de imposto teria sido 28,5% no 1T13 e 31,3% no 1T12.

Os lucros atribuíveis a interesses não controladores ascenderam a 12 milhões de euros no 1T13 e a 24 milhões de euros no 1T12. A redução de 12 milhões de euros reflete menores lucros atribuíveis a interesses não controladores: (1) dos negócios em África (8 milhões de euros), devido essencialmente a efeitos fiscais e cambiais, e (2) da Oi (4 milhões de euros), em resultado da conclusão da simplificação societária em março de 2012.

O resultado líquido ascendeu a 27 milhões de euros no 1T13, comparado com 55 milhões de euros no 1T12, uma redução explicada, principalmente, por um menor resultado operacional.

Remuneração Acionista

Após a aprovação na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 19 de abril de 2013, a PT pagou o dividendo relativo ao ano fiscal de 2012 no montante de 0,325 euro por ação. Este pagamento ocorreu em 17 de maio de 2013.

Capex

O capex ascendeu a 287 milhões de euros no 1T13, equivalente a 18,5% das receitas, face a 259 milhões de euros no 1T12. Excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (23 milhões de euros), o capex teria aumentado 19,6% no 1T13 para 310 milhões de euros. Este aumento é explicado por uma maior contribuição da Oi (66 milhões de euros, excluindo o efeito cambial), refletindo os investimentos efetuados na cobertura e capacidade da rede 3G, no lançamento da rede 4G-LTE e na capacidade, capilaridade e qualidade da rede fixa e de banda larga. Este aumento na contribuição da Oi foi parcialmente compensado por uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (16 milhões de euros), a qual ascendeu a 99 milhões de euros no 1T13. Esta diminuição reflete os investimentos efetuados em anos anteriores em tecnologias de futuro e redes de nova geração, que se traduziu para a PT numa clara liderança na cobertura de FTTH e 4G-LTE em Portugal. O capex dos outros negócios manteve-se estável em 23 milhões de euros no 1T13, uma vez que o aumento no capex da MTC, principalmente direcionado para o upgrade da rede e para investimentos em novos sistemas de TI, foi compensado por um menor capex na CVT e na CST, no seguimento dos investimentos efetuados em 2012 no cabo submarino.

Capex por segmento de negócio	Milhões de euros		
	1T13	1T12	Δ12/13
Portugal	99,2	114,9	(13,7%)
Brasil · Oi	164,3	120,6	36,2%
Outros	23,1	23,4	(1,3%)
Capex total	286,5	258,9	10,7%
Capex em % das receitas operacionais	18,5	15,1	3,4pp

Cash Flow

No 1T13, o cash flow operacional ascendeu a 58 milhões de euros, comparado com 113 milhões de euros no 1T12, ambos penalizados pelos investimentos sazonais em fundo de maneio no primeiro trimestre. A diminuição no cash

01 Análise dos resultados consolidados

flow operacional (56 milhões de euros), é explicada: (1) pela diminuição no EBITDA menos Capex (73 milhões de euros), refletindo principalmente um aumento de 44 milhões de euros no Capex da Oi e uma redução de 20 milhões de euros no EBITDA menos Capex dos negócios de telecomunicações em Portugal, e (2) por menores provisões e ajustamentos (11 milhões de euros), os quais representam itens não monetários incluídos no EBITDA, e cuja redução resulta principalmente da Oi. A diminuição no EBITDA menos capex foi parcialmente compensada por um menor investimento em fundo de maneiio (29 milhões de euros), refletindo principalmente um menor capex no 4T12 quando comparado ao 4T11, o que se traduziu em menores pagamentos a fornecedores no 1T13 quando comparado com o 1T12. Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o cash flow operacional no 1T13 ter-se-ia mantido estável em 76 milhões de euros, face a 77 milhões de euros no 1T12. Este desempenho reflete menor investimento em fundo de maneiio, como referido acima, o que compensou o menor EBITDA menos Capex registado no período.

Free cash flow	Milhões de euros		
	1T13	1T12	Δ12/13
EBITDA menos Capex	239,7	312,8	(23,4%)
Itens não monetários	31,6	42,5	(25,8%)
Varição do fundo de maneiio	(213,4)	(241,9)	(11,8%)
Cash flow operacional	57,9	113,4	(49,0%)
Juros	(122,5)	(116,8)	4,9%
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos	(18,4)	(26,4)	(30,2%)
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(34,4)	(35,9)	(4,3%)
Impostos sobre o rendimento	(44,7)	(29,5)	51,5%
Dividendos recebidos	25,2	24,5	3,0%
Outros movimentos	(49,1)	(87,6)	(43,9%)
Free cash flow	(186,0)	(158,3)	(17,5%)

O free cash flow consolidado foi negativo em 186 milhões de euros e em 158 milhões de euros no 1T13 e 1T12, respetivamente, um desempenho explicado principalmente por: (1) menor cash flow operacional, tal como referido acima; (2) um aumento nos juros pagos, refletindo principalmente o aumento na dívida líquida da Oi, e (3) um aumento nos pagamentos de impostos, nomeadamente em determinadas operações internacionais. Este efeitos negativos foram mais do que compensados por menores pagamentos relacionados com benefícios de reforma, incluindo contribuições líquidas para planos de pensões e cuidados de saúde e pagamentos de salários a pré-reformados, e por menores pagamentos relacionados com depósitos judiciais da Oi. Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o free cash flow no 1T13 foi negativo em 15 milhões de euros, penalizado pelo investimento sazonal em fundo de maneiio no trimestre, no montante de 100 milhões de euros, e pelo pagamento de juros.

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores e ajustada pelos créditos fiscais não utilizados relacionados com os pagamentos realizados ao Estado Português referentes à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, ascendeu a 4.601 milhões de euros em 31 de março de 2013.

A dívida líquida consolidada ascendeu a 8.101 milhões de euros em 31 de março de 2013, o que compara com 7.711 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 389 milhões de euros que reflete: (1) o free cash flow negativo gerado no período (186 milhões de euros); (2) o impacto da valorização do Real Brasileiro face

01 Análise dos resultados consolidados

ao Euro, que se traduziu num aumento de 164 milhões de euros na dívida líquida, e (3) os dividendos pagos pelas subsidiárias da PT a interesses não controladores (32 milhões de euros). Ajustado pelos créditos fiscais não utilizados relativos aos pagamentos efetuados ao Estado Português referentes à transferência do fundo de pensões, a dívida líquida consolidada ascendeu a 7.912 milhões de euros em 31 de março de 2013.

Variação da dívida líquida	Milhões de euros	
	1T13	1T12
Dívida líquida (balanço inicial)	7.711,2	6.612,8
Free cash flow (a subtrair)	(186,0)	(158,3)
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	164,0	8,6
Dividendos pagos pela PT	0,0	184,8
Outros ⁽¹⁾	39,4	109,1
Dívida líquida (balanço final)	8.100,6	7.073,5
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) ⁽²⁾	188,8	226,1
Dívida líquida ajustada (balanço final)	7.911,8	6.847,4
Dívida líquida da Oi e Contax, incluindo holdings (a subtrair)	3.311,1	2.401,7
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)	4.600,7	4.445,8
Variação da dívida líquida	389,4	460,7
Variação da dívida líquida (%)	5,1%	7,0%

(1) Esta rubrica inclui principalmente o pagamento relativo à licença 4G-LTE em Portugal no 1T12 e os dividendos pagos pelas participadas da PT a acionistas não controladores. (2) A dívida líquida encontra-se ajustada pelos créditos fiscais, ainda não utilizados, decorrentes dos montantes pagos ao Estado português em dezembro de 2011 e 2012 no âmbito da transferência das obrigações não financiadas dos planos de pensões.

Em 31 de março de 2013, a dívida bruta consolidada ascendia a 11.037 milhões de euros, dos quais 84,0% era de médio e longo prazo e 3.956 milhões de euros respeitam ao impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores. Excluindo esta consolidação, a dívida bruta ascendeu a 7.081 milhões de euros, dos quais 79,5% era de médio e longo prazo e 85,2% vencia juros a taxas fixas.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de disponibilidades acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito, totalizou 3.161 milhões de euros no final de março de 2013, dos quais 869 milhões de euros correspondem a linhas de crédito e papel comercial não utilizadas.

No 1T13, excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 5,3%, que compara com 3,6% no 1T12, refletindo um menor retorno das aplicações de tesouraria e também um custo mais elevado da dívida bruta, o qual se situou em 4,9% no 1T13 e em 4,4% no 1T12. O aumento no custo da dívida bruta é explicado, principalmente, pela emissão das Bonds em julho e outubro de 2012 que vencem juros a taxas anuais de 6,25% e 5,875%, respetivamente. A maturidade da dívida líquida da PT, excluindo a Oi e a Contax, era de 5,4 anos em 31 de março de 2013. Ajustado pelas obrigações, no montante de 1.000 milhões de euros, a 7 anos, emitida em maio de 2013, e pela amortização das obrigações, no montante de 1.000 milhões de euros em abril de 2013, a maturidade média era de 6,2 anos.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 31 de março de 2013, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 502 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 397 milhões de euros, face a 503 milhões de euros e 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e préreformados no montante de 700 milhões de euros em 31 de março de 2013 (730 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente diretamente pela PT aos beneficiários até à

01 Análise dos resultados consolidados

idade da reforma. Assim, o total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu para 805 milhões de euros em 31 março de 2013, face a 834 milhões de euros em 31 dezembro de 2012, e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 604 milhões de euros, o que compara com 625 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes. Adicionalmente, a PT consolidou proporcionalmente as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Oi no montante de 70 milhões de euros em 31 de março de 2013 e 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Responsabilidades com benefícios de reforma ⁽¹⁾	Milhões de euros	
	31 março de 2013	31 dezembro de 2012
Responsabilidades com pensões	126,3	127,3
Responsabilidades com cuidados de saúde	376,0	375,4
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	502,2	502,7
Valor de mercado dos fundos	(396,9)	(399,4)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	105,3	103,3
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	699,6	730,4
Responsabilidades não financiadas brutas	804,9	833,7
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	603,7	625,3
Responsabilidades não financiadas brutas da Oi	69,5	72,7
Provisão para benefícios de reforma	874,4	906,5

(1) As demonstrações financeiras de 2012 foram ajustadas de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu 29 milhões de euros para 805 milhões de euros em 31 de março de 2013, principalmente em resultado da diminuição dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 34 milhões de euros, parcialmente compensados pelo reconhecimento de custos com benefícios de reforma e por perdas atuariais líquidas nos montantes de 5 milhões de euros e 4 milhões de euros no 1T13, respetivamente. As responsabilidades não financiadas brutas da Oi diminuíram de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 70 milhões de euros em 31 de março de 2013, refletindo a contribuição de 9 milhões de euros efetuada em janeiro de 2013 para cobertura do défice do plano de pensões BrTPREV, a qual mais do que compensou o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro (4 milhões de euros) e os custos com benefícios de reforma registados no período (2 milhões de euros).

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas ⁽¹⁾	Milhões de euros	
	1T13	1T12
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	906,5	973,7
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽²⁾	7,1	10,3
Custos com o programa de redução de efectivos	0,6	0,9
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽³⁾	(13,3)	(17,4)
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(34,4)	(35,9)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos	4,3	21,7
Ajustamentos de conversão cambial	3,6	0,0
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	874,4	953,3

(1) As demonstrações financeiras de 2012 foram ajustadas de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". (2) No 1T13 e 1T12, esta rubrica exclui os custos com o serviço dos empregados ativos que tinham direito a pensões de reforma no âmbito dos planos transferidos para o Estado Português, nos montantes de 5,5 milhões de euros e 5,9 milhões de euros, respetivamente. (3) Esta rubrica inclui essencialmente as contribuições para os fundos de pensões realizadas pela Oi (8,7 milhões de euros no 1T13 e 10,7 milhões de euros no 1T12) e as despesas decididas de saúde pagas relativamente aos planos de saúde das operações em Portugal (4 milhões de euros no 1T13 e 5,2 milhões de euros no 1T12).

01 Análise dos resultados consolidados

Capital próprio

Em 31 de março de 2013, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 2.477 milhões de euros, representando um aumento de 172 milhões de euros no 1T13, face a 2.305 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Este aumento é explicado, principalmente, pelo resultado líquido de 27 milhões de euros gerado no período e por ajustamentos de conversão cambial positivos de 162 milhões de euros, relacionados principalmente com a valorização do Real Brasileiro face ao Euro.

Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores) ⁽¹⁾	Milhões de euros
	1T13
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	2.304,6
Resultado líquido	26,7
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	162,0
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(3,2)
Outros	(13,5)
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	2.476,6
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores	172,0
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	7,5%

(1) As demonstrações financeiras de 2012 foram ajustadas de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

Demonstração da posição financeira consolidada

Demonstração da posição financeira consolidada ⁽¹⁾	Milhões de euros	
	31 março 2013	31 dezembro 2012 reexpresso
Disponibilidades e títulos negociáveis	2.936,0	3.387,3
Contas a receber	2.123,1	2.012,1
Existências	146,6	141,5
Depósitos judiciais	1.227,3	1.150,3
Investimentos financeiros	472,2	427,7
Ativos intangíveis	5.252,9	5.089,5
Ativos tangíveis	6.126,0	6.018,9
Ativos com planos de benefícios de reforma	9,2	11,4
Outros ativos	490,8	559,5
Impostos diferidos e custos diferidos	1.379,2	1.293,8
Total do ativo	20.163,1	20.092,0
Contas a pagar	1.194,3	1.263,2
Dívida bruta	11.036,6	11.098,5
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	883,5	917,9
Outros passivos	2.743,8	2.680,2
Impostos diferidos e proveitos diferidos	1.246,7	1.266,9
Total do passivo	17.104,9	17.226,7
Capital, excluindo interesses não controladores	2.476,6	2.304,6
Interesses não controladores	581,6	560,7
Total do capital próprio	3.058,2	2.865,3
Total do capital próprio e do passivo	20.163,1	20.092,0

(1) A demonstração da posição financeira consolidada foi ajustada de forma a refletir o impacto da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

01 Análise dos resultados consolidados

O total do ativo manteve-se estável em 20,2 mil milhões de euros em 31 de março de 2013, comparado com 20,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma vez que o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro (0,5 mil milhões de euros) foi compensado pela diminuição no montante em dívida relativo a linhas de crédito (0,35 mil milhões de euros). O total do passivo situou-se em 17,1 mil milhões de euros em 31 de março 2013, comparado com 17,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, refletindo também os efeitos acima mencionados.

02

Evolução dos negócios

Negócios de Telecomunicações em Portugal

No 1T13, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um aumento consistente da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 4,3% face ao 1T12 para 5.091 mil (com adições líquidas de 38 mil no 1T13) e os clientes móveis a aumentarem 2,5% face ao 1T12 para 7.647 mil (49 mil adições líquidas no 1T13 impulsionadas principalmente pelos clientes pós-pagos com 96 mil adições líquidas).

Dados operacionais - Portugal

	1T13	1T12	Δ12/13
Acessos fixos de retalho ('000)	5.091	4.880	4,3%
PSTN/RDIS	2.592	2.629	(1,4%)
Clientes de banda larga	1.251	1.141	9,7%
Clientes de TV	1.248	1.111	12,3%
Clientes móveis ('000)	7.647	7.457	2,5%
Pós-pagos	2.565	2.449	4,7%
Pré-pagos	5.082	5.008	1,5%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	38	85	(54,7%)
PSTN/RDIS	(13)	(19)	32,3%
Clientes de banda larga	27	35	(24,1%)
Clientes de TV	25	69	(64,2%)
Clientes móveis ('000)	49	14	260,3%
Pós-pagos	96	71	34,2%
Pré-pagos	(47)	(58)	18,6%
Dados em % das receitas de serviço (%)	35,6	31,1	4,5pp

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do MEO, o serviço de TV por subscrição da PT, com a base de clientes de TV por subscrição a aumentar 12,3% no 1T13 face ao 1T12 para 1.248 mil (25 mil adições líquidas no 1T13), confirmando o contínuo sucesso e a atratividade do MEO no mercado português, mesmo num contexto económico adverso e num mercado já com elevada penetração de TV por subscrição. Este desempenho beneficiou do lançamento do M4O em 11 de janeiro de 2013. O sucesso da TV por subscrição e a transformação da base de clientes da rede fixa da PT para triple-play continuou a impulsionar o sólido crescimento dos clientes de banda larga fixa, os quais aumentaram 9,7% face ao 1T12 para 1.251 mil (27 mil adições líquidas no 1T13). Os clientes triple-play da PT (voz, banda larga e TV por subscrição) aumentaram 18,5% face ao 1T12, atingindo 862 mil no 1T13 (30 mil adições líquidas no trimestre). O sucesso do MEO é alcançado através de uma oferta verdadeiramente convergente, agregando voz fixa e móvel, internet fixa e móvel e TV, com uma proposta de valor diferenciada, sustentada num serviço de TV por subscrição não linear, que oferece uma experiência multiscreen única com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas disponíveis em vários equipamentos, em casa ou fora de casa.

No 1T13, os clientes móveis beneficiaram do desempenho dos clientes pós-pagos, que aumentaram 4,7% face ao 1T12 para 2.565 mil (96 mil adições líquidas no 1T13, +34,2% face ao 1T12), beneficiando, por sua vez, do lançamento do M4O, embora apenas tenha sido lançado em 11 de janeiro de 2013. Os clientes pré-pagos aumentaram 1,5% no 1T13 face ao 1T12 para 5.082 mil, beneficiando do sucesso contínuo dos novos planos tarifários "Moche" (+40,6% no 1T13 face ao 1T12 para 1.725 mil clientes, com 92 mil adições líquidas no trimestre).

02 Evolução dos negócios

Residencial

No 1T13, os acessos de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) do segmento Residencial aumentaram 6,1% no 1T13 face ao 1T12, atingindo 3.869 mil, com os acessos de TV por subscrição e de banda larga a representarem já 56,4% do total de acessos de retalho em 31 de março de 2013. No 1T13, as adições líquidas de retalho atingiram 28 mil, impulsionadas pelo crescimento do MEO, o serviço de TV por subscrição da PT (+10,9% face ao 1T12 para 1.149 mil clientes), que contribuiu com 14 mil adições líquidas, enquanto a banda larga fixa atingiu 1.032 mil clientes com 17 mil adições líquidas. Os clientes únicos do segmento Residencial aumentaram 0,5%, para 1.878 mil, enquanto os clientes triple-play atingiram 787 mil (+16,3% no 1T13 face ao 1T12) e já representavam 41,9% dos clientes residenciais da PT, um desempenho que destaca a forte transformação do segmento Residencial da PT. O crescimento contínuo e sustentado das ofertas triple-play, da TV por subscrição e banda larga fixa no segmento Residencial levou ao aumento do ARPU em 1,4% face ao 1T12 para 31,9 euros e ao aumento dos RGUs por cliente único de 1,95 no 1T12 para 2,06 no 1T13, apesar de uma menor contribuição dos outros serviços de valor acrescentado, uma vez que as condições económicas em Portugal não melhoraram.

Dados operacionais • Segmento Residencial

	1T13	1T12	Δ12/13
Acessos fixos de retalho ('000)	3.869	3.647	6,1%
PSTN/RDIS	1.689	1.669	1,1%
Clientes de banda larga	1.032	942	9,6%
Clientes de TV	1.149	1.035	10,9%
Clientes únicos	1.878	1.869	0,5%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	28	89	(68,8%)
PSTN/RDIS	(3)	(5)	29,3%
Clientes de banda larga	17	31	(43,9%)
Clientes de TV	14	63	(78,2%)
ARPU (euros)	31,9	31,5	1,4%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	65,0	62,5	2,6pp

O sólido crescimento dos clientes residenciais é, claramente, suportado pelo sucesso do MEO, o serviço inovador de TV por subscrição da PT que já se transformou numa experiência multiscreen única, com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas, disponível em todos os ecrãs. A experiência MEO é agora convergente. Em 11 janeiro de 2013, em linha com a estratégia para o segmento Residencial e Pessoal de apostar em serviços fixo-móvel convergentes, a PT apresentou o novo MEO, com o reposicionamento da marca e o lançamento do primeiro serviço quadruple-play: o M4O, uma oferta fixo-móvel verdadeiramente convergente que inclui TV, internet, voz fixa e móvel. O M4O oferece 90 canais de TV, 18 canais de rádio, velocidade de 100 Mbps (24 Mbps de velocidade para clientes ADSL 2+), voz ilimitada e dois a quatro cartões SIM, incluindo chamadas e SMS ilimitadas para todas as redes fixas e móveis, suportada nas redes 3G e 4G-LTE da PT.

Consistente com as tendências de convergência – oferecendo TV por subscrição, internet, voz fixa e móvel, sob a mesma marca – o MEO assume um novo posicionamento, passando de uma oferta triple-play com base numa experiência de TV para se tornar numa marca que oferece um pacote de serviços de telecomunicações integrados e entretenimento. O novo MEO assenta o seu posicionamento em três conceitos: (1) simplicidade, com uma única rede móvel para falar grátis e sem barreiras para todas as redes fixas e móveis em Portugal; (2) conveniência, com uma só marca para voz, internet e TV dentro e fora de casa, em mobilidade, com um só ponto de contato

02 Evolução dos negócios

comercial e de apoio ao cliente, e (3) poupança, com a concentração de serviços sob a marca MEO a permitir à PT transferir as economias de escala obtidas para os seus clientes permitindo assim poupanças imediatas.

O M4O do MEO, permite uma experiência de cliente única, refletida: (1) na faturação, através de uma fatura e valor único para toda a família, permitindo um total controlo de custos; (2) no self-care, com um portal online de self-care integrado para todos os produtos e serviços; (3) no CRM, permitindo uma visão integrada do cliente, e (4) nas vendas, permitindo aos clientes da PT uma experiência integrada online e nas lojas. A oferta M4O permite às famílias terem acesso a mais serviços e de qualidade superior, com uma mensalidade de 79,99 euros, incluindo dois cartões SIM, com voz e SMS ilimitados para todas as redes fixas e móveis e 200MB de acesso à Internet. Até dois cartões SIM adicionais podem ser incluídos com uma mensalidade de 7,5 euros por cartão. Já em abril de 2013, a PT lançou dois novos pacotes de Internet, um com 200MB de tráfego (IT Light) por 2,99 euros mensais e outro com 5GB (IT Ultra) por 19,99 euros mensais. Em simultâneo, a PT reposicionou as suas ofertas de TI, oferecendo uma economia adicional até 55%: o IT Super que oferece 500MB de tráfego por 4,99 mensais e o Super Plus que oferece 1GB de tráfego por 7,99 mensais.

Durante o 1T13, a PT continuou a consolidar a liderança do MEO em termos de inovação, diferenciação dos conteúdos e experiência do cliente. Relativamente ao MEO GO!, o serviço over-the-top que permite o acesso a mais de 60 canais, vídeo on demand e gravações em smartphones, tablets e PC através de WiFi e redes móveis, é importante destacar o lançamento da nova aplicação MEO GO! para tablets Android e iPad, para Windows 8 e a renovação do website do MEO GO!. O MEO continuou a inovar e a reforçar a sua oferta de conteúdos, através: (1) do lançamento do CM TV, "Correio da Manhã TV", em parceria com a Cofina, proprietária de vários jornais e revistas em Portugal, incluindo o tablóide mais lido em Portugal, "Correio da Manhã"; (2) o lançamento da KBS World canal HD, e (3) várias promoções nos conteúdos existentes, nomeadamente a campanha que oferecia duas mensalidades gratuitas da Globo Premium. Foram também disponibilizados novos conteúdos no MEO Kids. Relativamente aos conteúdos, a PT continuou a concentrar-se na intensificação das parcerias com os fornecedores de conteúdos, focada na colaboração recíproca de forma a melhorar a qualidade dos conteúdos, e na renegociação dos acordos existentes, com o objetivo de adaptar ainda mais a estrutura de custos de conteúdos ao ambiente macro, permitindo uma redução dos custos de conteúdos. Já em abril de 2013, o MEO lançou, em conjunto com a TVI, um canal português free-to-air líder, um canal interativo inteiramente dedicado ao novo programa "Big Brother VIP", permitindo o acesso à casa do Big Brother 24 horas por dia e acompanhar tudo o que acontece entre os concorrentes do reality show mais assistido do mundo. O canal "Big Brother VIP" situou-se no quarto lugar do ranking de audiências do mês de abril.

As receitas de serviço do segmento Residencial atingiram 180 milhões de euros no 1T13, um aumento de 4,1% face ao 1T12, mostrando um crescimento sólido (4T12: +4,9% face ao 4T11; 3T12: +4,3% face ao 3T11; 2T12 face ao 2T11: +4,4%, e 1T12: +4,2% face ao 1T11). Este desempenho foi alcançado num contexto de elevado sucesso da oferta triple-play do MEO (voz, banda larga e TV por subscrição) e beneficiou do esforço incansável para transformar a oferta residencial da PT de uma base histórica de voz fixa para uma base de clientes triple-play. Em resultado do aumento da penetração das ofertas triple-play, o peso dos serviços não voz nas receitas de serviço do segmento Residencial atingiu 65,0% no 1T13 (+2,6pp face ao 1T12) e o peso das receitas de tarifas planas atingiu 88,4% (+1,8pp face ao 1T12).

02 Evolução dos negócios

Pessoal

No 1T13, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e de banda larga, aumentou 3,2% face ao 1T12, melhorando a tendência observada nos últimos nove trimestres (4T12: +1,5%, 3T12: -1,1%; 2T12: -1,1%; 1T12: -0,9%; 4T11: -0,5%; 3T11: 0,0%, 2T11: +0,4% e 1T11: +2,0%). No 1T13, os clientes móveis do segmento Pessoal registaram 52 mil adições líquidas (44 mil desligamentos líquidos no 1T12), alavancadas pelo sólido desempenho dos clientes póspagos (99 mil adições líquidas no 1T13). Este desempenho é sustentado pelo forte sucesso comercial do M4O, que está a impulsionar a transformação do mercado móvel Português através da introdução da convergência, o que permite uma diferenciação adicional das ofertas comerciais e ao mesmo tempo altera o enfoque do prépagos para o pós-pago. A oferta M4O da PT, lançada apenas em 11 de janeiro de 2013, tem um contrato de fidelização de 24 meses, o que reforça a previsibilidade das receitas. Os resultados obtidos mostram um crescimento sólido e contínuo dos RGUs fixos e móveis. Em maio de 2013, o total de RGUs associados ao serviço M4O ultrapassou os 600 mil, dos quais 40% são novos clientes para a PT. O M4O permite uma poupança de 18,5% para os clientes e ao mesmo tempo impulsiona uma melhoria de 10% nas receitas da PT. Os clientes prépagos registaram 47 mil desligamentos líquidos no 1T13, um trimestre sazonalmente mais fraco, apesar de ter melhorado relativamente ao 1T12 (57 mil desligamentos líquidos). Esta melhoria é sustentada pelo sucesso comercial dos tarifários "Moche", após o novo posicionamento implementado em 2012, que permitiu à TMN atingir, no período de um ano, a liderança no segmento 10-14 anos.

Dados operacionais - Segmento Pessoal

	1T13	1T12	Δ12/13
Clientes móveis ('000)	6.076	5.889	3,2%
Póspagos	1.192	1.077	10,6%
Prépagos	4.884	4.811	1,5%
Adições líquidas ('000)	52	(44)	219,9%
Póspagos	99	14	n.s.
Prépagos	(47)	(57)	18,9%
MOU (minutos)	92	91	1,2%
ARPU (euros)	7,6	8,8	(13,5%)
Cliente	7,1	8,0	(10,8%)
Interligação	0,4	0,8	(41,7%)
SARC (euros)	25,5	27,1	(5,7%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	36,0	32,7	3,3pp

A estratégia da PT para o segmento Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportadas por uma rede de elevada qualidade, que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade para fazer face à necessidade, cada vez maior, de largura de banda por parte dos clientes de fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. A PT tem a melhor cobertura de rede 4G-LTE, que abrange 92% da população, e permite velocidades de até 150 Mbps. A PT está a testar o LTE-Advanced e já alcançou velocidades de 300Mbps, preparando a evolução da oferta 4G-LTE. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados, desenhados para integrar planos ilimitados, direcionados aos segmentos póspagos de maior valor e, no segmento prépagos, para evitar a migração para planos tarifários de menor valor, através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta distinta de smartphones, alavancada num portfólio abrangente de cerca de 30 smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para utilizar em mobilidade (TV móvel – MEO GO!; aluguer de músicas – Music Box; aplicação de navegação – TMN Drive, e Cloud PT, que oferece 16Gb de espaço de armazenamento grátis), e (3) ofertas de banda larga móvel competitivas de até 150Mbps de velocidade, em 4G-LTE, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a rede líder do mercado. A oferta WiFi da

02 Evolução dos negócios

PT inclui a autenticação automática do cliente, suportada no cartão SIM (EAP-SIM), com configuração padrão do terminal ou over-the-air, e transferência automática de tráfego 3G / 4G-LTE para WiFi sempre que o equipamento tem cobertura WiFi. Desta forma, o serviço WiFi é um claro complemento da cobertura 3G e 4G-LTE no tráfego de dados, aumentando assim a mobilidade e a satisfação do cliente e, em último caso, a sua fidelidade.

Em janeiro de 2013, o serviço 4G-LTE multi-SIM da TMN, que permite aos clientes partilhar o plafond de Internet entre o smartphone, o tablet e o PC foi eleito o produto do ano na categoria de planos tarifários móveis. Este prémio é o resultado de um inquerito independente, realizado aos consumidores, no setor de bens de consumo. Em março de 2013, na sequência do lançamento da oferta quadruple-play do MEO, a TMN reposicionou os seus planos tarifários "Unlimited" e lançou uma campanha comercial com o objetivo de reforçar a competitividade dos planos tarifários pós-pagos destinados aos consumidores que pretendem utilizar os seus smartphones sem limitações de serviços de voz e dados. Os novos tarifários "Unlimited" oferecem serviços de voz e SMS ilimitados para todas as redes nacionais, até 5GB de Internet, acesso ilimitado à rede WiFi da PT, 16GB de armazenamento de dados na Cloud PT e acesso gratuito ao "Musicbox", o serviço de streaming de música da PT. Os tarifários "Unlimited" abrangem diferentes perfis de utilização de Internet: desde o "Unlimited S" que, ao preço de 15,9 mensais, oferece 200MB por mês até ao "Unlimited XL", ao preço de 69,9 euros mensais, e que oferece 5GB por mês. A TMN continuou a fortalecer o seu portfólio de smartphones, com o objetivo de diversificar os sistemas operacionais e oferecer uma ampla gama de equipamentos para responder à procura do cliente. Destaca-se o lançamento do Blackberry Z10, que utiliza o software BB10, e o Huawei Ascend W1, que utiliza o Windows Phone 8.

No 1T13, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 8,6% face ao 1T12, para 129 milhões de euros, uma melhoria quando comparado com o 4T12 (-9,1% face ao 4T11) e com o 3T12 (-11,2% face ao 3T11), apesar da situação económica desafiante e dos movimentos adversos do calendário, incluindo o fato do ano de 2012 ter sido um ano bissexto e a da Páscoa ter ocorrido no primeiro trimestre de 2013. A diminuição das receitas de cliente refletiram: (1) recargas mais baixas e voláteis, em resultado de condições económicas difíceis; (2) concorrência nos preços e a migração para tarifários mais baratos, e (3) menores receitas de banda larga móvel devido ao aumento da penetração da banda larga fixa e da cobertura WiFi. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo forte crescimento das receitas de "internetnotelemóvel", sustentadas no aumento da penetração de smartphones. As receitas de interligação diminuíram 40,2% no 1T13 face ao 1T12, para 8 milhões de euros, acelerando quando comparadas com o 4T12 (-38,6% face ao 4T11 para 10 milhões de euros) e o 3T12 (-32,8% face ao 3T11 para 11 milhões de euros), o que também contribuiu para a diminuição de 11,4% das receitas de serviço no 1T13 face ao 1T12 (4T12: -11,9% face ao 4T11 e 3T12: -13,2% face ao 3T11). Com efeito, as MTRs diminuíram ao longo de 2012 de 3,5 cêntimos de euro para 1,27 cêntimos de euro em 31 de dezembro de 2012. O ARPU do segmento Pessoal foi de 7,6 euros (-13,5% face ao 1T12) e o ARPU de cliente foi de 7,1 euros (-10,8% face ao 1T12). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 36,0% no 1T13 (+3,3pp face ao 1T12), refletindo o sólido desempenho dos serviços de dados móvel "internetnotelemóvel", enquanto o peso das receitas de tarifas planas atingiu 34,9% (+6,2pp face ao 1T12).

Como referido anteriormente, em janeiro de 2013, a PT lançou o M4O, o primeiro serviço fixo-móvel quadruple-play, verdadeiramente convergente incluindo TV, internet, voz fixa e móvel e SMS ilimitados para todas as redes móveis. Este novo serviço quadruple-play convergente está ancorado na oferta única triple-play do MEO e é dirigida para diferenciar ainda mais os serviços móveis oferecidos no segmento Pessoal, afastando-se assim da concorrência de preços.

02 Evolução dos negócios

Empresas

O segmento Empresas (segmento B2B – business to business) inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de receitas para mais do que a conectividade e serviços históricos de voz, aproveitando as oportunidades no setor das TIC, incluindo serviços cloud, de outsourcing e de BPO, sustentado em soluções avançadas para empresas e em investimentos em centros de dados de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e à virtualização.

A PT implementou uma abordagem de três níveis para o mercado B2B centrada em serviços de valor acrescentado: (1) Residencial+, que coloca à disposição das micro empresas soluções de voz e banda larga fixa e móvel, e serviços convergentes através da oferta M4O; (2) Connected+, que fornece conectividade convergente multi-empregado para pequenas e médias empresas, incluindo soluções de mobilidade para os funcionários itinerantes, e soluções simplificadas de software, e (3) Integrated+, que fornece comunicações unificadas, outsourcing de serviços de TIC, integração de aplicações, M2M e soluções específicos de TI/S, outsourcing de processos de negócios (BPO) e consultoria de TI, incluindo uma abordagem end to end aos clientes, apoiando a transformação das suas TI através de consultoria de negócios, com o objetivo de alargar os serviços prestados às empresas ao vídeo, multiscreen e serviços convergentes altamente diferenciados. Os serviços Cloud, onde a PT se posiciona como um operador híbrido cobrindo todas as necessidades de TI, estão disponíveis para todos os níveis, alavancados em parcerias estratégicas para acelerar o acesso a tecnologias de ponta, alojados no Data Centre da PT na Covilhã. O posicionamento da PT no mercado permite oferecer soluções de Cloud abrangentes: (1) operador híbrido proporcionando três modelos de implementação (público, privado e híbrido); (2) oferta completa para toda a gama de modelos de serviços (IaaS, SaaS e PaaS), e (3) alta flexibilidade para trabalhar dentro e fora das instalações (pública e virtual). Como parte da sua abordagem abrangente para o mercado corporativo, a PT tem vindo a desenvolver soluções de pagamento multiplataforma, disponíveis para os smartphones, PCs e TVs, e que também permitem a integração de pagamentos com sistemas existentes através do terminal industrial wallet PT e de cartões físicos através do mini-terminal MPOWA, o qual emparelha com o smartphone através de bluetooth. Esta plataforma abrangente permite aos comerciantes integrar soluções de pagamento diversificadas e programas de fidelização de clientes, com suas comunicações e necessidades de TI. Adicionalmente, a PT disponibiliza soluções pay-per-user verticais integradas, projetadas para setores específicos e/ou empresas.

Dados operacionais - Segmento Empresas

	1T13	1T12	Δ12/13
Acessos fixos de retalho ('000)	1.030	1.039	(0,8%)
PSTN/RDIS	717	769	(6,8%)
Clientes de banda larga	217	197	10,1%
Clientes de TV	97	74	31,9%
RGU de retalho por acesso	1,44	1,35	6,4%
Clientes móveis ('000)	1.514	1.504	0,6%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	12	(48)	124,5%
PSTN/RDIS	(8)	(58)	85,5%
Clientes de banda larga	9	4	126,1%
Clientes de TV	11	6	93,6%
Clientes móveis ('000)	(0)	59	(100,6%)
ARPU (euros)	21,7	24,4	(10,7%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	52,1	47,2	4,9pp

02 Evolução dos negócios

No 1T13, os clientes fixos de retalho do segmento Empresas totalizaram 1.030 mil, uma melhoria do desempenho em 12 mil adições líquidas durante o trimestre, face a 5 mil e 68 mil desligamentos líquidos no 4T12 e em 2012, respetivamente. Adicionalmente, no 1T13, o segmento Empresas registou: (1) 8 mil desligamentos líquidos de linhas fixas (13 mil e 101 mil desligamentos líquidos no 4T12 e em 2012, respetivamente); (2) 9 mil adições líquidas de banda larga fixa (4 mil e 15 mil adições líquidas no 4T12 e em 2012, respetivamente), e (3) 11 mil adições líquidas de TV por subscrição (4 mil e 18 mil no 4T12 e em 2012, respetivamente). Esta melhoria no desempenho em todos os serviços reflete o sólido sucesso da oferta M4O nas micro, pequenas e médias empresas, apesar de ter sido lançado apenas em 11 de janeiro de 2013.

As receitas operacionais do segmento Empresas diminuíram 10,5% no 1T13 face ao 1T12, para 202 milhões de euros, demonstrando uma deterioração sequencial em resultado dos movimentos adversos do calendário, principalmente no móvel, incluindo o fato do ano de 2012 ter sido um ano bissexto e da Páscoa ter ocorrido no primeiro trimestre de 2013 (os dias úteis no 1T13 diminuíram 4,6% face ao 1T12). O desempenho das receitas no segmento Empresas também continuou a ser penalizado pela conjuntura económica e de preços, nomeadamente: (1) pelas iniciativas por parte da administração pública relacionadas com corte de custos e redução significativa nos investimentos em novos projetos; (2) pelas iniciativas de redução de custos das grandes empresas; (3) pelas pequenas e médias empresas, que tinham um comportamento resiliente em 2012, estão agora mais penalizadas pelo contexto económico e financeiro, e (4) pela intensa concorrência de preços nos vários segmentos. Não obstante o cenário económico, a PT manteve uma sólida liderança, tanto em grandes empresas, como nas PME, ancorada nos seus produtos e serviços diferenciados para ambos os segmentos de mercado acima referidos. No 1T13, os serviços não voz representaram 52,1% das receitas de retalho do segmento Empresas, aumentando 4,9pp face ao mesmo período do ano anterior.

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

No 1T13, receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 46 milhões de euros (-6,8% face ao 1T12) para 634 milhões de euros. Esse desempenho refletiu a queda de receita nos segmentos de clientes Pessoal e Empresas (24 milhões de euros e 13 milhões de euros, respetivamente), e menores receitas grossistas e outros negócios, incluindo eliminações intragrupo (15 milhões de euros), o que mais do que compensou o aumento de 3,2% no 1T13 face ao 1T12 no segmento Residencial (6 milhões de euros). Este desempenho das receitas incluiu, também, o impacto dos efeitos adversos do calendário, tal como referido anteriormente, com um impacto total direto nas receitas no montante de 5 milhões de euros no 1T13. As receitas grossistas, de outros negócios e eliminações decresceram para 93 milhões de euros (-13,6% face ao 1T12), principalmente como resultado de menores receitas associadas a: (1) postos públicos; (2) negócio de listas telefónicas; (3) circuitos alugados e acessos, incluindo preços mais baixos resultantes de decisões regulatórias adversas e menores volumes dado que os outros operadores continuam a construir redes próprias, e (4) terminação de tráfego nacional e internacional, devido a menores volumes em certos serviços especiais geográficos e não-geográficos e terminações de tráfego indiretas.

No 1T13, as receitas em Portugal foram penalizadas também por movimentos de regulação adversos (14 milhões de euros), incluindo menores MTRs (9 milhões de euros) e roaming (2 milhões de euros). Excluindo os efeitos relacionados com a regulação, as receitas teriam diminuído 4,6% no 1T13 face ao 1T12.

No 1T13, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações e PRBs diminuíram 2,6% face ao 1T12 (10 milhões de euros), para 363 milhões de euros. O desempenho dos custos operacionais refletiu as condições climáticas adversas, nomeadamente chuvas intensas. O impacto direto total destes efeitos nos custos operacionais e os custos associados com o lançamento do M4O totalizaram 6 milhões de euros no 1T13. Excluindo

02 Evolução dos negócios

estes dois efeitos, os custos operacionais nos negócios de telecomunicações em Portugal teriam diminuído 4,1% no 1T13 face ao 1T12.

Os custos com pessoal aumentaram 4,4% face ao 1T12 para 63 milhões de euros. Este desempenho reflete principalmente a alocação dos recursos técnicos a atividades de manutenção e reparação devido às condições climáticas adversas. Os custos diretos diminuíram 1,0% no 1T13 face ao 1T12 para 114 milhões de euros, refletindo principalmente menores custos de tráfego na TMN, no seguimento dos cortes regulados nas MTRs e menores custos associados ao negócio de listas telefónicas. Estas reduções foram parcialmente compensadas por: (1) custos mais elevados associados ao aumento do tráfego internacional; (2) maiores custos associados à prestação de serviços de TI/SI e outsourcing em resultado de aumento do peso destes serviços nas receitas, e (3) custos de programação mais elevados (+1,1% no 1T13 face ao 1T12) devido ao crescimento contínuo da base de clientes e ao investimento na diferenciação da oferta de conteúdos do MEO. Apesar deste investimento, os custos de programação por cliente diminuíram 11,0% face ao 1T12. Os custos comerciais diminuíram 16,7% no 1T13 face ao 1T12, para 60 milhões de euros, refletindo: (1) menores custos das mercadorias vendidas (-23,2% face ao 1T12), devido a uma menor subsídição e a menores custos médios dos equipamentos; (2) menores comissões (-9,0% face ao 1T12), apesar do contínuo crescimento de clientes refletindo assim menor churn, e (3) menores custos com marketing e publicidade (-21,8% face ao 1T12). Este desempenho dos custos comerciais foi alcançado apesar dos custos associados ao lançamento do M4O para o qual a PT fez investimentos significativos, e reflete um desempenho favorável em termos de churn. Isto é especialmente visível nos clientes de TV, não só porque os clientes de fibra têm menor churn do que os clientes ADSL e de satélite mas também porque o churn tem vindo a diminuir em todas as tecnologias. As outras despesas operacionais mantiveram-se estáveis (+0,5% no 1T13 face ao 1T12) em 126 milhões de euros, devido a maiores custos com manutenção e reparação e custos de suporte a clientes devido às condições climáticas. Contudo, é importante salientar que os efeitos adversos devido às fortes chuvas foi sentido apenas nos clientes de cobre, uma vez que os clientes de FTTH são imunes a estas condições climáticas. Os benefícios estruturais ao nível dos custos decorrentes da implementação da rede FTTH e 4G-LTE e da transformação extensiva no programa de field force continuam a ser visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de estrutura.

No 1T13, o EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 272 milhões de euros (-11,7% face ao 1T12), com uma margem de 42,8% (-2,4pp face ao 1T12). O desempenho do EBITDA refletiu, principalmente, a diminuição das receitas de serviço (43 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 42 milhões de euros, enquanto o EBITDA apenas diminuiu 36 milhões de euros, em resultado de menores custos operacionais que resultam de medidas de contexto mas também do fato de que as novas tecnologias são mais eficientes em termos de custos. Como referido acima, as chuvas fortes no 1T13 (6,7x maiores do que no 1T12) e o lançamento do M4O teve um impacto negativo no desempenho dos custos. Excluindo estes dois efeitos e também o impacto do calendário nas receitas, o EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal teria diminuído 8,5% no 1T13 face ao 1T12.

02 Evolução dos negócios

Informação financeira • op. de telecomunicações portuguesas	Milhões de euros		
	1T13	1T12	Δ12/13
Receitas operacionais	634,4	680,4	(6,8%)
Residencial	182,5	176,9	3,2%
Receitas de serviço	180,3	173,2	4,1%
Vendas e outras receitas	2,2	3,8	(40,4%)
Pessoal	156,3	169,3	(7,7%)
Receitas de serviço	137,5	155,2	(11,4%)
Receitas de cliente	129,4	141,6	(8,6%)
Receitas de interligação	8,1	13,6	(40,2%)
Vendas e outras receitas	18,7	14,1	32,6%
Empresas	202,2	226,0	(10,5%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	93,4	108,2	(13,6%)
Custos operacionais	362,9	372,7	(2,6%)
Custos com pessoal	63,0	60,3	4,4%
Custos directos dos serviços prestados	114,4	115,6	(1,0%)
Custos comerciais	59,8	71,7	(16,7%)
Outros custos operacionais	125,8	125,1	0,5%
EBITDA ⁽¹⁾	271,6	307,7	(11,7%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	10,6	14,7	(27,5%)
Amortizações	161,8	166,9	(3,1%)
Resultado operacional ⁽²⁾	99,1	126,1	(21,4%)
Margem EBITDA ⁽³⁾	42,8%	45,2%	(2,4pp)
Capex	99,2	114,9	(13,7%)
Capex em % das receitas operacionais	15,6%	16,9%	(1,3pp)
EBITDA menos Capex	172,4	192,8	(10,6%)

(1) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (2) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (3) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

O capex dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 13,7% no 1T13 face ao 1T12, para 99 milhões de euros, equivalente a 15,6% das receitas (-1,3pp face ao 1T12). A diminuição do capex é explicada por: (1) um menor capex de cliente, refletindo menores custos unitários dos equipamentos, menores adições líquidas de clientes e menor churn nos serviços de TV por subscrição e de banda larga, e (2) um menor capex de infraestrutura e de tecnologia em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos, nas redes de FTTH e 4G-LTE. Estes investimentos traduziram-se numa clara liderança da PT na cobertura em FTTH e 4G-LTE em Portugal, onde a PT já cobre 1,6 milhões de casas com FTTH e 92% da população com 4G-LTE, que permite velocidades de até 150 Mbps. A PT está a testar o LTE-Advanced e já alcançou velocidades de 300Mbps, preparando a evolução da oferta 4G-LTE. No 1T13, o investimento nos negócios de telecomunicações em Portugal foi direcionado, principalmente para: (1) investimentos em projetos de TI/SI, o que representou 28% do capex total no 1T13 e quase duplicou em relação ao 1T12; (2) capex de cliente, que ascendeu a 40 milhões de euros (-20,3% face ao 1T12), e (3) capex de tecnologia e infra-estrutura (32 milhões de euros, -35,7% face ao 1T12). Os investimentos em projetos de TI/SI foram focados no programa de transformação de TI que visa convergir, padronizar, integrar e simplificar os processos de negócio e de TI, possibilitando ao cliente uma experiência verdadeiramente convergente.

No 1T13, o EBITDA menos capex diminuiu 10,6% face ao 1T12, para 172 milhões de euros. Em 2013 espera-se que o capex dos negócios das telecomunicações em Portugal continue a diminuir, apesar do investimento realizado no data centre, em mais de 50 milhões de euros, quando comparado com 2012.

02 Evolução dos negócios

Negócios Internacionais

Oi

A Oi reorganizou as suas unidades de negócios, com o objetivo de alterar a visão por produtos para uma visão por clientes, tendo definido três segmentos de cliente principais com as seguintes prioridades: (1) Residencial: alavancar na maior base de clientes residenciais do Brasil; (2) Mobilidade Pessoal: melhorar a competitividade para expandir a quota de mercado, sobretudo no pós-pago e na banda larga móvel, e (3) Empresas / PMEs: enfoque em manter a posição de liderança no segmento e em entrar em novos mercados. Como parte da reorganização da Oi, a empresa implementou também uma estratégia comercial mais ativa, incluindo a criação de estruturas comerciais regionais e a reestruturação da sua rede de distribuição e reforçando os investimentos em rede, tecnologia e inovação.

No 1T13, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 74.705 mil, um aumento de 5,5% face ao 1T12, incluindo: (1) 18.471 mil RGUs residenciais (+3,5% face ao 1T12); (2) 46.569 mil clientes móveis do segmento Mobilidade Pessoal, que aumentou 5,6% face ao 1T12, e (3) 8.949 mil RGUs do segmento Empresas, um aumento de 10,3% face ao 1T12.

Dados operacionais • Oi			
	1T13	1T12	Δ11/12
Residencial (RGUs '000)	18.471	17.850	3,5%
Linhas fixas	12.383	12.841	(3,6%)
Clientes de Banda larga fixa	5.251	4.614	13,8%
Clientes de TV por subscrição	837	396	111,4%
ARPU (R\$)	68,8	63,1	9,0%
Mobilidade Pessoal	46.569	44.106	5,6%
Clientes pré-pago	39.905	38.536	3,6%
Clientes pós-pago + Oi controle	6.664	5.570	19,6%
Empresas	8.949	8.112	10,3%
Linhas fixas	5.398	5.192	4,0%
Clientes de Banda larga	604	535	12,9%
Clientes móveis	2.946	2.385	23,5%
Outros	716	757	(5,4%)
RGUs ('000)	74.705	70.826	5,5%

Durante o 1T13, no segmento Residencial, a Oi continuou a apresentar uma desaceleração na tendência de perda de linhas (1T12: -7,8% face ao 1T11; 2T12: -6,2% face ao 2T11; 3T12: -5,0% face ao 3T11, 4T12: -4,4% face ao 4T11 e 1T13: -3,6% face ao 1T12), um crescimento sólido na banda larga fixa (+13,8% face ao 1T12 para 5.251 mil) e um trimestre de crescimento da TV por subscrição, que atingiu 837 mil clientes (+111,4% face ao 1T12). Este desempenho continua a confirmar a inversão da tendência histórica da rede fixa, impulsionada pelo fortalecimento das ofertas convergentes e pelo aumento das velocidades de banda larga, em conjunto com o aumento dos canais de vendas e das campanhas publicitárias. A velocidade média da banda larga da base de clientes residenciais da Oi era de 3,4Mbps em 31 de março de 2013, o que compara com 3,1Mbps em 31 de dezembro de 2012, refletindo que 34,0% (+10pp face ao 1T12) e 15,0% (+3pp face ao 1T12) dos clientes de banda larga da Oi têm já velocidades acima dos 5Mbps e 10 Mbps, respetivamente.

02 Evolução dos negócios

Durante o 1T13, a Oi continuou a investir na sua oferta de TV por subscrição, a qual é core para a sua estratégia convergente, com o objetivo de aumentar o número de unidades geradoras de receita (RGUs) por cada cliente único, na medida em que aumenta a fidelização dos clientes e permite o crescimento sustentando do ARPU. A Oi tem uma das maiores taxas de penetração de clientes HD no mercado, com 100% dos novos clientes da Oi a subscreverem um pacote HD. A penetração de TV no segmento residencial mais do que duplicou nos últimos 12 meses, atingindo uma penetração de TV por subscrição por habitação de 6,7% (um aumento de 3,7pp no 1T13). Em resultado do enfoque na convergência e no double e triple-play, o peso de clientes únicos da Oi que subscrevem mais de um serviço aumentou 7,6pp no 1T13 face ao 1T12, para 55,5%. Este desempenho é suportado por mais de 100% de crescimento na TV por subscrição, por um crescimento contínuo de dois dígitos na banda larga fixa, bem como pela eficácia dos programas de fidelização que visam a retenção dos clientes da rede fixa.

No 1T13, as receitas do segmento Residencial da Oi aumentaram 5,2% face ao 1T12, para 2.555 milhões de reais, demonstrando uma forte melhoria quando comparadas com trimestres anteriores, devido à contribuição positiva das receitas dos serviços de banda larga e de TV por subscrição, que revelaram uma forte procura dos clientes por serviços triple-play e quadruple-play. Este desempenho, em conjunto com a redução significativa do churn das linhas fixas, é explicado pelo sucesso da estratégia da Oi de oferecer serviços e iniciativas convergentes para aumentar a rentabilidade e a fidelidade dos clientes, levando ao aumento do ARPU do segmento residencial de 9,0% face ao 1T12 para 68,8 reais.

No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 46.569 mil (+5,6% face ao 1T12) com adições líquidas de 264 mil no 1T13. A Oi continuou focada no crescimento do segmento de alto valor e do segmento pós-pago, no aumento da penetração de dados e serviços de valor acrescentado e no aumento da rentabilidade do segmento pré-pago. Os clientes pós-pagos aumentaram 19,6% no 1T13 face ao 1T12, atingindo 6.664 mil clientes no final do 1T13, com 192 mil adições líquidas. O peso dos clientes pós-pagos no segmento de Mobilidade Pessoal aumentou para 14,3% em 31 de março de 2013 (+1,7pp face ao período homólogo). A Oi continuou focada no crescimento do segmento de alto valor e aumentou a sua quota no mercado pós-pago (+2,4pp face ao 1T12), sustentado: (1) no aumento dos canais de vendas; (2) na simplificação dos planos; (3) nos descontos na venda de equipamentos, e (4) na expansão da rede 3G. Os clientes pós-pagos com contratos de fidelização aumentaram significativamente no 1T13, resultando em cerca de 50% redução do churn nos clientes pós-pagos com um único produto.

Os clientes pré-pagos ascenderam a 39.905 mil no 1T13, um aumento de 3,6% face ao 1T12 e representando 85,7% da base de clientes do segmento Mobilidade Pessoal da Oi. Este desempenho foi sustentado pelo enfoque da estratégia da Oi em aumentar a rentabilidade da base de clientes, com a Oi a obter um crescimento consistente das recargas mensais. As receitas de SMS pré-pagos e de dados móveis aumentaram significativamente no 1T13, devido às ofertas comerciais abrangentes da Oi. No 1T13, a Oi expandiu a cobertura de 3G para 74% da população (+19pp face ao 1T12), de forma a sustentar o crescimento contínuo de dados móveis, e expandiu também a sua rede 4G-LTE, através: (1) da expansão da sua rede 4G-LTE a seis cidades onde a Taça das Confederações será realizada, e (2) do acordo de partilha de rede 4G-LTE com a TIM, já aprovado pelas autoridades brasileiras.

No 1T13, as receitas do segmento Mobilidade Pessoal da Oi ascenderam a 2.316 milhões de reais, tendo aumentado 10,0% face ao 1T12. As receitas de serviço da Oi aumentaram 6,4% face ao 1T12 para 1.597 milhões de reais, suportadas por um forte desempenho dos serviços de dados e de valor acrescentado, explicado pela forte expansão dos serviços 3G e em planos atrativos de SMS e dados. O enfoque da Oi nos clientes de alto valor está a

02 Evolução dos negócios

impulsionar a mudança no perfil das receitas no segmento de Mobilidade Pessoal, tornando-as menos dependentes das receitas prépagas e de interligação, sustentados mais no pós-pago, nos dados e nos serviços de valor acrescentado.

Os clientes do segmento Empresas da Oi ascenderam a 8.949 mil no 1T13, um aumento de 10,3% face ao 1T12, impulsionado pelo aumento dos clientes fixos (+4,0% face ao 1T12), móveis (+23,5% face ao 1T12) e de dados (+12,9% face ao 1T12).

No 1T13, as receitas do segmento Empresas da Oi diminuíram 1,5% face ao 1T12 para 2.079 milhões de reais, desempenho explicado por maiores provisões para redução de tarifas grossistas reguladas. Esta diminuição foi parcialmente compensada pelo crescimento de dados e da base de clientes móveis. No segmento de pequenas e médias empresas, a Oi continuou focada no crescimento da rentabilidade do cliente. Este desempenho foi sustentado: (1) pelo aumento das receitas, através da expansão dos canais de vendas; (2) pela redução do churn através do enfoque em programas de retenção de clientes, e (3) pelo aumento do tráfego mínimo nas ofertas de entrada, aumentando a rentabilidade dos novos clientes. Estas iniciativas traduziram-se no aumento dos RGUs no 1T13 (+4,2% face ao 1T12), tendo assim conseguido inverter a tendência secular de perdas de RGUs neste segmento. No segmento de pequenas e médias empresas a Oi continuou também a implementar programas para aumentar a eficiência operacional, incluindo o reposicionamento de certas ofertas e o ajustamento na política comercial e nos filtros de crédito. No final de 2012, a Oi lançou a sua oferta de Cloud, Oi Smart Cloud, que obteve uma boa aceitação no mercado e fortaleceu a oferta de serviços da Oi, reforçando a sua presença nos serviços de TI/SI. Estas iniciativas estão alinhadas com a estratégia de aumentar o enfoque neste segmento, alavancado na penetração móvel e fortalecendo a oferta da Oi em TI.

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 49.515 mil (+6,5% face ao 1T12), com 255 mil adições líquidas no 1T13 e 6,2 milhões de adições brutas. No 1T13, a Oi manteve-se focada em crescer no segmento de alto valor, através do aumento dos seus canais de retalho, da simplificação dos seus planos tarifários, do lançamento de campanhas de smartphones e da expansão da sua rede de 3G. Como resultado, a Oi continuou a ser a única operadora no mercado brasileiro a aumentar significativamente a quota de mercado de clientes pós-pagos.

Receitas consolidadas pro-forma ⁽¹⁾ • Oi	Milhões de reais, 100%		
	1T13	1T12	Δ12/13
Residencial	2.555	2.429	5,2%
Mobilidade pessoal	2.316	2.106	10,0%
Serviços	1.597	1.501	6,4%
Uso de rede	571	580	(1,6%)
Material de revenda	148	25	n.s.
Empresas	2.079	2.111	(1,5%)
Outros serviços	91	155	(41,3%)
Receita líquida proforma	7.041	6.802	3,5%

(1) Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados.

No 1T13, as receitas líquidas consolidadas pro-forma da Oi, como divulgadas pela Oi, aumentaram 3,5% face ao 1T12, para 7.041 milhões de reais, um crescimento impulsionado pelos segmentos de Mobilidade Pessoal e Residencial. Pelo terceiro trimestre consecutivo, a Oi divulgou um crescimento anual nas receitas líquidas (1T12: -

02 Evolução dos negócios

1,9% face ao 1T11; 2T12: -2,4% face ao 2T11; 3T12: +1,5% face ao 3T11; 4T12; +6,2% face ao 4T11 e 1T13: +3,5% face ao 1T12), suportado principalmente pelo contínuo crescimento da base de clientes móveis, nomeadamente no segmento pós-pago, e pelo aumento das receitas de banda larga e de TV por subscrição, que reduziu a erosão das linhas fixas no segmento residencial.

Demonstração dos resultados pro-forma ⁽¹⁾ • Oi		Milhões de reais, 100%		
	1T13	1T12	Δ12/13	
Receita líquida pro-forma	7.041	6.802	3,5%	
Custos operacionais pro-forma	4.890	4.784	2,2%	
Interligação	1.094	1.163	(5,9%)	
Custos com pessoal	531	482	10,2%	
Custo das mercadorias vendidas	147	57	157,9%	
Serviços de terceiros	2.182	1.876	16,3%	
Publicidade e propaganda	65	115	(43,5%)	
Aluguers e seguros	462	455	1,5%	
Provisão para cobrança duvidosa	209	200	4,5%	
Outras desp. (rec.) operac.	200	436	(54,1%)	
EBITDA pro-forma	2.151	2.018	6,6%	
Margem EBITDA	30,5%	29,7%	0,8pp	

(1) Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados.

No 1T13, o EBITDA, como reportado pela Oi, aumentou 6,6% face ao 1T12, para 2.151 milhões de reais, com uma margem EBITDA de 30,5%. No 1T13, o desempenho do EBITDA refletiu maiores custos operacionais (+2,2% face ao 1T12 para 4.890 milhões de reais), em resultado do aumento: (1) nos serviços de terceiros (+16,3% face ao 1T12), devido a maiores custos de manutenção, custos com comissões, e com conteúdos para o serviço de TV por subscrição; (2) no custo das mercadorias vendidas (+157,9% face ao 1T12), explicado pelo regresso da Oi ao mercado de venda de equipamentos, em linha com a sua estratégia de enfoque no segmento de alto valor; (3) nos custos com pessoal (+10,2% face ao 1T12) devido à internalização de certas operações e ao aumento dos canais de vendas, e (4) nas provisões para cobranças duvidosas (+4,5% face ao 1T12). Os outros custos operacionais líquidos incluem a reversão no montante de 173 milhões de reais relativa a remunerações variáveis.

Outros ativos internacionais

No 1T13, os outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 3,0% face ao 1T12, para 129 milhões de euros, e aumentaram o EBITDA em 3,7% face ao 1T12, para 62 milhões de euros, em resultado do sólido desempenho operacional e financeiro da maioria dos ativos internacionais da PT, não obstante um elevado nível de penetração em alguns mercados e também alguns efeitos cambiais negativos.

Demonstração de resul. proporcional dos outros ativos internacionais ⁽¹⁾		Milhões de euros		
	1T13	1T12	Δ12/13	
Receitas operacionais	128,5	124,7	3,0%	
EBITDA ⁽²⁾	61,7	59,5	3,7%	
Amortizações	15,8	13,8	14,5%	
Resultado operacional ⁽³⁾	45,9	45,7	0,4%	
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	48,0%	47,7%	0,3pp	

(1) Consolidação proforma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (4) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

02 Evolução dos negócios

Destaque dos principais ativos em África e na Ásia (1T13) ⁽¹⁾								Milhões (financeiros)	
	Posição	Clientes	Rec. local	Δ12/13	EBITDA local	Δ12/13	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	9.185	496	6,5%	274	3,5%	55,3%	376	208
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	2.188	487	9,4%	236	16,6%	48,5%	41	20
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	430	1.875	(18,9%)	971	(14,8%)	51,8%	17	9
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	134	71.415	1,0%	17.664	6,2%	24,7%	3	1
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	1.039	1.188	5,4%	392	20,0%	33,0%	113	37
Timor Telecom, Timor-Leste ^{(3) (5)}	44,17%	626	17	2,9%	9	(7,5%)	50,1%	13	7

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (5) A PT aumentou a participação na Timor Telecom de 41,2% para 44,17% em março de 2013.

No 1T13, as receitas e o EBITDA da Unitel, em dólares americanos, aumentaram 6,5% para 496 milhões de dólares e 3,5% para 274 milhões de dólares, face ao 1T12. No 1T13, a Unitel apresentou um forte desempenho operacional e financeiro, suportado por campanhas bem sucedidas cujo objetivo é a promoção da utilização do serviço de voz e o aumento da penetração da banda larga móvel. A Unitel continuou também a lançar diversas iniciativas destinadas a reforçar os seus canais de distribuição e a melhorar a qualidade da sua rede.

No 1T13, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 9,4% e 16,6% face ao 1T12, atingindo 487 milhões de dólares namibianos e 236 milhões de dólares namibianos, respetivamente. No 1T13, a margem EBITDA foi de 48,5%. As receitas de dados representaram 22,5% das receitas de serviço, uma das taxas mais elevadas do continente africano. No 1T13, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing em: (1) impulsionar o crescimento nas receitas de banda larga, suportadas pelo aumento da utilização da tecnologia 4G-LTE e pela marca Netman; (2) promover a migração entre planos de preços para aumentar a utilização e a receita; (3) desenvolver campanhas para promover as recargas e a utilização, e (4) no lançamento do SmartShare, um serviço convergente internet/móvel que combina o Netman Home (internet router) com um até três smartphones.

No 1T13, as receitas da CVT diminuíram 18,9% face ao 1T12 para 1.875 milhões de escudos cabo-verdianos e o EBITDA diminuiu 14,8% face ao 1T12 para 971 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 51,8%. As receitas e o EBITDA foram impactados pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC 12). Excluindo este efeito, as receitas teriam diminuído 5,9% enquanto o EBITDA teria diminuído 12,1% face ao mesmo período do ano anterior. As receitas e o EBITDA foram impactados, principalmente, pelo efeito adverso das receitas grossistas (-17,8% face ao 1T12), pelas receitas fixas de retalho (-9,9% face ao 1T12) e por um efeito não recorrente no 1T12 nas outras receitas. No 1T13, a CVT apresentou um sólido desempenho no móvel, suportado pelo sucesso da estratégia comercial na banda larga. Durante o 1T13, a CVT lançou várias ofertas comerciais, incluindo: (1) campanhas de outbound e porta a porta, que impulsionaram as adições brutas no fixo e a migração do plano de preços de voz fixa básico para um novo plano de preços (Di Casa), e (2) Powa Swag Total – um tarifário para os mais jovens (com opções de subscrição mensais ou semanais).

No 1T13, as receitas e o EBITDA da CST aumentaram 1,0% e 6,2% face ao 1T12, para 71.415 milhões de dobras são-tomenses e para 17.664 milhões de dobras são-tomenses, respetivamente. A margem EBITDA foi de 24,7%. No 1T13, a CST lançou novos serviços de banda larga móvel e fixa, utilizando as capacidades de banda larga do novo cabo submarino, e desenvolveu a sua rede própria de distribuição. O serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 73% de penetração (+3,3pp face ao 1T12).

As receitas e o EBITDA da CTM aumentaram 5,4% e 20,0% no 1T13 face ao 1T12, para 1.188 milhões de patacas e para 392 milhões de patacas, respetivamente. A margem EBITDA foi de 33,0%. No 1T13, o crescimento nas receitas foi suportado por aumentos nos dados e no roaming. As receitas de dados representavam 25,5% das receitas de

02 Evolução dos negócios

serviço móvel. No 1T13, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar a penetração de smartphones e de banda larga móvel.

No 1T13, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom situaram-se em 17 milhões de dólares (+2,9% face ao 1T2) e 9 milhões de dólares (-7,5% face ao 1T12), respetivamente, refletindo a entrada de um novo concorrente no mercado. A margem EBITDA foi de 50,1%. Em 31 de março de 2013, a Timor Telecom atingiu 621 mil clientes móveis. As receitas de dados representavam 18,5% das receitas de serviço móvel. No 1T13, a Timor Telecom lançou várias iniciativas, incluindo: (1) ofertas segmentadas de dados e banda larga móvel; (2) novos planos de preços com tarifas mais competitivas; (3) diversas campanhas para estimular o serviço de voz e de dados, e (4) melhoria da sua rede de distribuição, quer através do lançamento de novas lojas ou atualização das lojas existentes quer do reforço dos canais de distribuição indiretos.

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

		euros	
	Notas	1T13	1T12 Reexpresso (Nota 2)
RECEITAS			
Prestações de serviços		1.466.755.271	1.634.433.031
Vendas		37.330.821	34.657.035
Outras receitas		48.505.492	46.595.217
	5	1.552.591.584	1.715.685.283
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal		248.241.918	293.252.394
Custos diretos dos serviços prestados		266.182.268	295.736.359
Custos comerciais		122.224.947	124.644.703
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas		299.571.656	324.560.315
Impostos indiretos		58.567.274	63.284.301
Provisões e ajustamentos		31.551.743	42.505.435
Amortizações e depreciações	12	340.356.813	346.728.330
Custos com benefícios de reforma	6	12.522.928	16.202.324
Custos com redução de efetivos	6	643.893	851.978
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos	12	(365.057)	865.935
Outros custos (ganhos), líquidos	7	(21.144.565)	9.396.897
		1.358.353.818	1.518.028.971
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		194.237.766	197.656.312
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros suportados, líquidos	8	145.674.248	107.622.263
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(40.062.337)	(46.244.340)
Outros custos financeiros, líquidos	9	17.561.121	35.238.755
		123.173.032	96.616.678
Resultado antes de impostos		71.064.734	101.039.634
Imposto sobre o rendimento	10	32.292.311	21.223.693
RESULTADO LÍQUIDO		38.772.423	79.815.941
Atribuível a interesses não controladores		12.025.771	24.414.693
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	11	26.746.652	55.401.248
Resultado líquido por ação			
Básico	11	0,03	0,06
Diluído	11	0,03	0,06

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Notas	1T13	1T12 Reexpresso (Nota 2)
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Ajustamentos de conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		179.275.114	(38.937.094)
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros			
Variações no valor de mercado		(3.446.811)	7.034.912
Transferências para resultados		284.479	4.038.000
Efeito fiscal	20	1.120.200	(3.457.862)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Benefícios de reforma			
Perdas atuariais, líquidas	6	(4.257.024)	(21.727.350)
Efeito fiscal	10	1.064.256	5.431.838
Outros ganhos (custos) reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos		(7.438.399)	3.698.011
		166.601.815	(43.919.545)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		38.772.423	79.815.941
Total dos resultados reconhecidos		205.374.238	35.896.396
Atribuível a interesses não controladores		33.326.948	20.149.726
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom		172.047.290	15.746.670

(i) Os ganhos registados no trimestre findo em 31 de março de 2013 e as perdas registadas no trimestre findo em 31 de março de 2012 estão relacionadas essencialmente com o impacto da valorização e desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro, respetivamente, nos investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2013

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	556.543.594	2.569.843.252	2.840.642.816	914.102.973	3.754.745.789
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(24.567.256)	(24.567.256)
Aquisições, alienações e aumentos/diminuições de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.825.000)	(12.825.000)
Reestruturação societária na Oi	-	12.001.778	-	-	-	49.294.434	61.296.212	(271.876.616)	(210.580.404)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(8.543.206)	8.543.206	-	-	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(39.654.578)	(39.654.578)	(4.264.967)	(43.919.545)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados (reexpresso)	-	-	-	-	-	55.401.248	55.401.248	24.414.693	79.815.941
Saldo em 31 de março de 2012 (reexpresso)	26.895.375	(314.381.086)	6.773.139	6.970.320	548.000.388	2.643.427.562	2.917.685.698	624.983.827	3.542.669.525

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reexpresso)	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	524.724.045	2.076.740.631	2.304.582.594	560.677.750	2.865.260.344
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(11.625.628)	(11.625.628)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(792.784)	(792.784)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(7.937.828)	7.937.828	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	145.300.638	145.300.638	21.301.177	166.601.815
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	26.746.652	26.746.652	12.025.771	38.772.423
Saldo em 31 de março de 2013	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	516.786.217	2.256.725.749	2.476.629.884	581.586.286	3.058.216.170

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

		euros	
		31 mar 2013	31 dez 2012
	Notas		Reexpresso (Nota 2)
ATIVO			
Ativo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		2.119.400.966	2.507.099.156
Investimentos de curto prazo		816.574.407	880.194.809
Contas a receber - clientes		1.592.035.851	1.518.550.466
Contas a receber - outros		505.941.681	470.271.206
Existências		146.551.567	141.514.547
Impostos a recuperar		346.501.145	409.174.905
Custos diferidos		153.569.921	96.759.592
Depósitos judiciais		220.149.203	199.547.504
Outros ativos correntes		5.144.117	3.194.935
Ativos não correntes detidos para venda		44.397.164	62.634.567
Total do ativo corrente		5.950.266.022	6.288.941.687
Ativo não corrente			
Contas a receber		25.137.510	23.297.811
Impostos a recuperar		78.720.971	66.971.235
Investimentos financeiros		472.198.027	427.688.241
Goodwill		1.503.279.253	1.449.387.000
Ativos intangíveis	12	3.749.596.879	3.640.126.087
Ativos tangíveis	12	6.126.029.432	6.018.873.354
Benefícios de reforma	6	9.155.505	11.415.335
Ativos por impostos diferidos	10	1.208.628.690	1.180.401.963
Depósitos judiciais		1.007.119.621	950.726.173
Outros ativos não correntes		32.978.270	34.175.455
Total do ativo não corrente		14.212.844.158	13.803.062.654
Total do ativo		20.163.110.180	20.092.004.341
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	13	1.767.345.881	1.712.752.887
Contas a pagar		1.043.432.053	1.117.189.049
Acréscimos de custos		812.336.604	792.816.394
Proveitos diferidos		309.355.852	337.279.573
Impostos a pagar		443.458.225	445.632.973
Provisões		293.456.950	271.559.380
Outros passivos correntes		84.242.822	94.223.535
Total do passivo corrente		4.753.628.387	4.771.453.791
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	13	9.269.265.930	9.385.752.988
Contas a pagar		150.841.754	146.054.007
Impostos a pagar		325.005.295	312.630.917
Provisões		514.832.317	510.340.404
Benefícios de reforma	6	883.529.456	917.880.900
Passivos por impostos diferidos	10	929.290.596	922.009.795
Outros passivos não correntes		278.500.275	260.621.195
Total do passivo não corrente		12.351.265.623	12.455.290.206
Total do passivo		17.104.894.010	17.226.743.997
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(337.520.916)	(337.520.916)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		516.786.217	524.724.045
Outras reservas e resultados acumulados		2.256.725.749	2.076.740.631
Capital próprio excluindo interesses não controladores		2.476.629.884	2.304.582.594
Interesses não controladores		581.586.286	560.677.750
Total do capital próprio		3.058.216.170	2.865.260.344
Total do capital próprio e do passivo		20.163.110.180	20.092.004.341

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

		euros	
	Notas	1T13	1T12
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1.867.341.800	2.226.399.314
Pagamentos a fornecedores		(815.562.973)	(1.010.883.949)
Pagamentos ao pessoal		(275.782.145)	(292.393.981)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento		(44.709.934)	(29.486.565)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	6	(52.788.615)	(62.325.955)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	14.a	(397.784.542)	(497.046.531)
Fluxos das atividades operacionais (1)		280.713.591	334.262.333
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	14.b	87.718.122	667.591
Investimentos financeiros		165.166	23.445
Ativos tangíveis e intangíveis		1.593.401	529.929
Juros e proveitos similares	14.c	33.676.900	70.486.976
Dividendos	14.d	25.240.512	24.503.286
Outras atividades de investimento		1.571.306	965.278
		149.965.407	97.176.505
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	14.b	(7.118.108)	(5.048.807)
Investimentos financeiros		(4.306.527)	(53.075)
Ativos tangíveis e intangíveis		(360.008.376)	(478.599.880)
Outras atividades de investimento		(395)	(34.245)
		(371.433.406)	(483.736.007)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(221.467.999)	(386.559.502)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14.e	242.422.894	1.177.949.183
Subsídios		127.000	551.187
Outras atividades de financiamento		-	45.217
		242.549.894	1.178.545.587
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	14.e	(484.003.688)	(2.306.897.214)
Juros e custos similares	14.c	(163.487.190)	(191.828.335)
Dividendos	14.f	(31.522.175)	(192.586.087)
Outras atividades de financiamento	14.g	(41.357.003)	(31.576.011)
		(720.370.056)	(2.722.887.647)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(477.820.162)	(1.544.342.060)
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.507.099.156	4.930.012.396
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(418.574.570)	(1.596.639.229)
Efeito das diferenças de câmbio		30.876.380	(16.754.154)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.119.400.966	3.316.619.013

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Março de 2013

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia. Estes serviços não sofreram alterações significativas durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013, quando comparados com os reportados pela Portugal Telecom no seu último relatório anual.

Em janeiro de 2013, a Portugal Telecom lançou a primeira oferta de serviço *quadruple play* em Portugal, através da marca M40, representando a convergência dos serviços fixo e móvel, incluindo televisão, internet e serviços de telefonia fixa e móvel.

Em 2 de abril de 2013, no âmbito de um processo de Reorganização Societária com o objetivo de migrar a Contax para o segmento de Nível 2 de Governo Societário da Bolsa de Valores de São Paulo, os acionistas da CTX Participações ("CTX"), incluindo a Portugal Telecom, receberam um prémio de 25% em ações sobre as ações ordinárias da Contax Participações ("Contax") que detinham anteriormente e a Contax incorporou a dívida total da CTX. No segmento de Nível 2 estão presentes ações emitidas por empresas que voluntariamente adotam determinadas práticas de governo societário e se comprometem com a divulgação de informação adicional para além dos níveis exigíveis pela legislação brasileira. Em resultado da reestruturação societária da Contax, a Portugal Telecom aumentou a sua participação efetiva nesta empresa de 19,5% para 21,1%.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 22 de maio de 2013.

2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), aprovadas pela União Europeia.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a norma IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar* ("IAS 34"). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, não ocorreram quaisquer alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo.

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

Excetuando a adoção da versão revista da IAS 19 *Benefícios dos Empregados* ("IAS 19"), as políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013, entraram em vigor as seguintes normas, normas revistas ou interpretações adotadas pela União Europeia e cuja adoção não teve impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, com exceção da adoção da versão revista da IAS 19, conforme explicado mais adiante nesta nota:

- Alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*, emitida em dezembro de 2010
- Alterações à IAS 12 *Impostos Diferidos*, emitida em dezembro de 2010
- Alterações à IAS 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras*, emitida em junho 2011
- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, emitida em dezembro de 2011
- IFRS 13 *Mensuração a Valor de Mercado*, emitida em maio de 2011
- Alterações à IAS 19 *Benefícios aos Empregados*, emitida em junho de 2011
- Alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*, emitida em março de 2012

Em anos anteriores, o IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações, as quais já foram adotadas pela União Europeia mas a sua aplicação obrigatória é apenas requerida em exercícios subsequentes:

- Alterações à IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas* e IAS 28 *Investimentos em Associadas*, emitidas em maio de 2011
- IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, emitida em maio de 2011
- IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos*, emitida em maio de 2011
- IFRS 12 *Divulgação de Participação em Outras Entidades*, emitida em maio de 2011
- Alterações à IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, emitida em dezembro de 2011
- Alterações à IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas – guia de transição*, IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* e IFRS 12 *Divulgação de Interesses em Outras Entidades*, emitidas em junho de 2012

O IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações que ainda não foram adotadas pela União Europeia e cuja data de adoção obrigatória definida pelo IASB ocorre apenas em anos subsequentes:

- IFRS 9 *Mensuração dos Instrumentos Financeiros*, emitida em outubro de 2010
- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, emitida em dezembro de 2011
- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, emitidas em 31 outubro de 2012

Relativamente à adoção da versão revista da IAS 19 *Benefícios dos Empregados*, as principais alterações constantes desta norma revista são as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecido como o "método de corredor", o que se traduz no reconhecimento obrigatório dos ganhos e perdas atuariais diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral; esta alteração não produziu qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom uma vez que a política contabilística da empresa já estava em consonância com o tratamento obrigatório incluído na norma revista;
- A alteração na forma de cálculo do retorno esperado dos ativos, o qual agora deve ser efetuado com base nas taxas de desconto utilizadas para calcular o valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma, em vez da taxa de

- retorno de longo prazo previamente estimada; o impacto desta alteração nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom resultou num menor retorno esperado sobre os ativos (agora apresentado numa base líquida como custo financeiro líquido) e, conseqüentemente, num aumento dos custos com benefícios de reforma, uma vez que as taxas de desconto utilizadas pela Empresa eram menores do que a taxa de retorno de longo prazo, estimada em 6%;
- O reconhecimento imediato e obrigatório dos ganhos ou perdas com serviços passados, os quais anteriormente poderiam ser diferidos e reconhecidos durante o período estimado ao longo do qual esses benefícios seriam usufruídos pelos empregados; a Portugal Telecom tinha anteriormente registado ganhos com serviços passados relativos a direitos não vencidos, os quais na sequência da adoção desta norma revista foram anulados com efeitos desde 1 de janeiro de 2012;
 - Alguns requisitos adicionais de divulgação que são obrigatórios somente para as demonstrações financeiras anuais, e portanto, não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras intercalares.

Conseqüentemente, em resultado da adoção da versão revista da IAS 19, foram efetuadas as seguintes alterações às Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012 anteriormente reportadas e à Demonstração Consolidada dos Resultados anteriormente reportada para o trimestre findo em 31 de março de 2012:

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 1 de janeiro de 2012			euros
	Antes da alteração da IAS 19	Efeitos da alteração da IAS 19	Demonstração reexpressa
Ativo			
Ativos por impostos diferidos	1.247.784.040	(4.191.011)	1.243.593.029
Outros ativos	21.928.607.401	-	21.928.607.401
Total do ativo	23.176.391.441	(4.191.011)	23.172.200.430
Passivo			
Benefícios de reforma	1.004.065.628	(16.764.043)	987.301.585
Outros passivos	18.430.153.056	-	18.430.153.056
Total do passivo	19.434.218.684	(16.764.043)	19.417.454.641
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	2.828.069.784	12.573.032	2.840.642.816
Interesses não-controladores	914.102.973	-	914.102.973
Total do capital próprio	3.742.172.757	12.573.032	3.754.745.789
Total do capital próprio e do passivo	23.176.391.441	(4.191.011)	23.172.200.430

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2012			euros
	Antes da alteração da IAS 19	Efeitos da alteração da IAS 19	Demonstração reexpressa
Ativo			
Ativos por impostos diferidos	1.184.140.639	(3.738.676)	1.180.401.963
Outros ativos	18.911.602.378	-	18.911.602.378
Total do ativo	20.095.743.017	(3.738.676)	20.092.004.341
Passivo			
Benefícios de reforma	932.835.606	(14.954.706)	917.880.900
Outros passivos	16.308.863.097	-	16.308.863.097
Total do passivo	17.241.698.703	(14.954.706)	17.226.743.997
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	2.293.366.564	11.216.030	2.304.582.594
Interesses não-controladores	560.677.750	-	560.677.750
Total do capital próprio	2.854.044.314	11.216.030	2.865.260.344
Total do capital próprio e do passivo	20.095.743.017	(3.738.676)	20.092.004.341

Demonstração Consolidada dos Resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 euros

	Antes da alteração da IAS 19	Efeitos da alteração da IAS 19	Demonstração reexpressa
Receitas totais	1.715.685.283	-	1.715.685.283
Custos, perdas e (ganhos)			
Custos com benefícios de reforma	14.784.979	1.417.345	16.202.324
Custos com redução de efetivos	851.978	-	851.978
Outros custos operacionais, líquidos	1.500.974.669	-	1.500.974.669
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	199.073.657	(1.417.345)	197.656.312
Resultados financeiros	96.616.678	-	96.616.678
Imposto sobre o rendimento	21.578.029	(354.336)	21.223.693
Resultado líquido	80.878.950	(1.063.009)	79.815.941
Atribuível a interesses não-controladores	24.414.693	-	24.414.693
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	56.464.257	(1.063.009)	55.401.248
Resultado líquido por ação atribuível a accionistas da Portugal Telecom			
Básico	0,07	(0,00)	0,06
Diluído	0,07	(0,00)	0,06

4. Taxas de Câmbio

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,5703 e 2,7036 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente. Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa de empresas participadas expressas em Reais Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio médio de 2,6368 e 2,3169 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente.

5. Reporte de segmentos

A identificação e apresentação dos segmentos operacionais é consistente com os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012 e são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

	1T13			1T12		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	634.447.021	(5.430.112)	629.016.909	680.372.749	(5.177.830)	675.194.919
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	723.943.188	(770.368)	723.172.820	788.440.993	(700.263)	787.740.730
Receitas relativas a outras operações (iii)	349.959.969	(149.558.114)	200.401.855	391.791.664	(139.042.030)	252.749.634
Receitas consolidadas do Grupo			1.552.591.584			1.715.685.283

- (i) A redução de 46 milhões de euros nas receitas antes de eliminações dos negócios de telecomunicações em Portugal no trimestre findo em 31 de março de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior, é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (24 milhões de euros), impactadas por pressão tanto ao nível do preço como do consumo; (2) uma redução nas receitas do segmento de cliente Pessoal (13 milhões de euros), em resultado de menores receitas de cliente (12 milhões de euros) que refletem condições económicas adversas e pressão ao nível do preço, e menores receitas de interligação (5 milhões de euros), no seguimento da redução das tarifas reguladas, efeitos que mais do que compensaram um aumento

- nas vendas (5 milhões de euros); e (3) uma redução nas receitas grossistas e de outros negócios (15 milhões de euros), em resultado de menores receitas provenientes do negócio de listas telefónicas (3 milhões de euros), menores vendas de capacidade e do declínio no negócio de postos públicos. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de clientes Residencial (6 milhões de euros), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportadas no sucesso e contínuos ganhos de quota de mercado das ofertas *double* e *triple play* do Meo.
- (ii) A redução de 64 milhões de euros nas receitas antes de eliminações das operações da Oi no trimestre findo em 31 de março de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior, é explicada essencialmente pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (100 milhões de euros). Numa base de moeda constante, as receitas teriam ascendido a 824 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2013, representando um aumento de 35 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, essencialmente explicado por: (1) um aumento nas receitas do segmento Residencial, em resultado da contribuição positiva das receitas de televisão por subscrição e banda larga que mais do que compensou a redução nas receitas de voz fixa; (2) um aumento nas receitas do segmento de mobilidade pessoal, suportadas em receitas mais elevadas com tráfego, banda larga e mensalidades, impulsionadas pelo enfoque da Oi nos segmentos pós-pago e de maior rendimento; e (3) um aumento nas vendas, refletindo a estratégia da Oi de alargar o âmbito da sua presença no mercado móvel.
- (iii) A diminuição no contributo das outras operações para as receitas consolidadas reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro (22 milhões de euros). Excluindo este efeito, e redução nesta rubrica é essencialmente explicada por uma menor contribuição da Contax (23 milhões de euros), refletindo menores receitas de serviços de call center no Brasil que mais do que compensaram as receitas mais elevadas provenientes das operações da Contax no exterior (Allus).

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	euros	
	1T13	1T12
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:		
Telecomunicações em Portugal (i)	124.618.494	121.366.829
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	68.108.709	72.921.902
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações	1.510.563	3.367.581
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	194.237.766	197.656.312
Ganhos e (custos) financeiros:		
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	(145.674.248)	(107.622.263)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iii)	40.062.337	46.244.340
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	(17.561.121)	(35.238.755)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	(32.292.311)	(21.223.693)
Resultado líquido	38.772.423	79.815.941

- (i) O desempenho deste segmento operacional reflete principalmente menores receitas operacionais (46 milhões de euros), as quais mais do que compensaram os seguintes efeitos: (1) uma diminuição nos custos comerciais, principalmente devido a menores vendas no segmento Pessoal e a uma rigorosa disciplina de controlo de custos nos investimentos em marketing e publicidade; (2) menores custos de depreciação e amortização (5 milhões de euros), beneficiando de menores investimentos realizados nos últimos trimestres; (3) uma redução nos custos com benefícios de reforma (4 milhões de euros), explicada pela redução nas taxas de desconto que se traduziu numa redução do custo financeiro líquido; e (4) o reconhecimento de uma conta a receber relativa ao Contrato de Concessão da PT Comunicações (Nota 7).
- (ii) Excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (9 milhões de euros), os resultados antes de resultados financeiros e impostos da Oi teriam aumentado em 5 milhões de euros, refletindo um aumento na receita líquida de serviços (22 milhões de euros), aumentos nas vendas e outras receitas operacionais (18 milhões de euros) e uma redução nos custos com pessoal (24 milhões de euros), explicada principalmente por menores remunerações variáveis. Estes efeitos mais do que compensaram (1) o aumento nos custos com depreciações e amortizações (19 milhões de euros), refletindo o aumento nos investimentos realizados em 2012, em comparação com anos anteriores, incluindo a aquisição da licença 4G em junho de 2012, (2) custos comerciais mais elevados (16 milhões de euros), refletindo a melhoria nas vendas e serviços prestados, e (3) maiores despesas com serviços de terceiros, incluindo principalmente custos de manutenção e reparação e gastos com rendas e alugueres.
- (iii) Os ganhos em empresas participadas diminuíram de 46 milhões de euros para 40 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2013, desempenho principalmente explicado por efeitos fiscais e cambiais, uma vez que, do ponto de vista operacional, estes negócios continuam a apresentar um bom desempenho.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 12):

	euros	
	1T13	1T12
Telecomunicações em Portugal	99,165,819	114,895,528
Telecomunicações no Brasil - Oi	164,252,004	120,583,300
Outros negócios	23,113,915	23,417,892
	286,531,738	258,896,720

No trimestre findo em 31 de março de 2013, o investimento no negócio de telecomunicações em Portugal foi direcionado principalmente para: (1) investimentos em projetos de TI/SI, os quais representaram 28% do investimento total e que quase duplicaram face ao mesmo período do ano anterior; (2) investimentos relacionados com clientes, os quais ascenderam a 40 milhões de euros, representando uma diminuição de 20,3% face ao mesmo período do ano anterior, e (3) investimentos em infraestrutura e tecnologia, no montante de 32 milhões de euros, representando uma redução de 35,7% face ao mesmo período do ano anterior, em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos nas redes de FTTH, na modernização da rede 2G e no reforço da cobertura e capacidade das redes 3G e 3,5G, e não obstante os investimentos na implementação da rede 4G LTE. Os investimentos em projetos de TI/SI focaram-se no programa de transformação de TI que visa convergir, padronizar, integrar e simplificar os processos de negócio e de TI, possibilitando ao cliente uma experiência verdadeiramente convergente.

Numa base de moeda constante, excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (23 milhões de euros), os investimentos da Oi em ativos tangíveis e intangíveis teriam ascendido a 187 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2013, um aumento de 66 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, refletindo os investimentos realizados na cobertura e capacidade da rede 3G, no lançamento da rede 4G LTE e na capacidade, capilaridade e qualidade das redes de telefonia fixa e de banda larga.

6. Benefícios de reforma

Em 31 de março de 2013, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o trimestre findo em 31 de março de 2013 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2012, ajustados apenas pelos custos com redução de efetivos incorridos durante esse período.

Em 31 de março de 2013, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma das operações em Portugal, as quais estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 502 milhões de euros, sendo que o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 397 milhões de euros, o que compara com 503 milhões de euros e 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 700 milhões de euros em 31 de março de 2013, face a 730 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários numa base mensal, até estes atingirem a idade de reforma. Desta forma, em 31 de março de 2013, as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Portugal Telecom nas operações em Portugal ascendiam a 805 milhões de euros, face a 834 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma da Oi, as quais ascendiam a 70 milhões de euros em 31 de março de 2013 e 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos, foram como segue:

Operações em Portugal								Oi	euros
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde		Total	
			Sub-total			Sub-total			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.801.205	75.495.635	730.437.447	833.734.287	72.269.136	462.142	72.731.278	906.465.565	
Custos com benefícios de reforma do período	303.917	1.587.977	3.320.433	5.212.327	1.827.566	10.370	1.837.936	7.050.263	
Custos com redução de efetivos	-	-	24.028	24.028	-	-	-	24.028	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	(944.841)	5.201.865	-	4.257.024	-	-	-	4.257.024	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(151.160)	(3.997.396)	(34.210.738)	(38.359.294)	(8.659.118)	-	(8.659.118)	(47.018.412)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	3.571.247	24.236	3.595.483	3.595.483	
Saldo em 31 de março de 2013	27.009.121	78.288.081	699.571.170	804.868.372	69.008.831	496.748	69.505.579	874.373.951	

Operações em Portugal								Oi	euros
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde		Total	
			Sub-total			Sub-total			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	23.084.264	106.349.617	782.498.256	911.932.137	61.354.018	394.495	61.748.513	973.680.650	
Custos com benefícios de reforma do período	343.708	2.026.205	6.435.818	8.805.731	1.475.699	10.437	1.486.136	10.291.867	
Custos com redução de efetivos	-	-	439.958	439.958	-	-	-	439.958	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	(3.553.502)	(9.494.544)	34.775.396	21.727.350	-	-	-	21.727.350	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.417.138)	(5.174.729)	(35.602.240)	(42.194.107)	(10.716.125)	(41)	(10.716.166)	(52.910.273)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	24.725	(3.153)	21.572	21.572	
Saldo em 31 de março de 2012	18.457.332	93.706.549	788.547.188	900.711.069	52.138.317	401.738	52.540.055	953.251.124	

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	euros	
	31 mar 2013	31 dez 2012
Planos de pensões com uma posição deficitária	105.173.457	111.485.676
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	699.571.170	730.437.447
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	78.784.829	75.957.777
Planos com uma posição deficitária	883.529.456	917.880.900
Planos de pensões com uma posição excedentária	(9.155.505)	(11.415.335)
	874.373.951	906.465.565

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 é como segue:

	euros	
	1T13	1T12
Custos com benefícios de reforma		
Operações em Portugal		
Custo do serviço do período	1.056.245	880.593
Custo financeiro, líquido	4.156.082	7.925.138
	5.212.327	8.805.731
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	5.472.665	5.910.457
Sub-total	10.684.992	14.716.188
Oi		
Custo do serviço do período	409.792	661.637
Custo financeiro, líquido	(6.323.644)	(28.015.687)
Efeito do limite num ativo de benefícios definidos (ii)	2.571.365	28.840.186
Sub-total	1.837.936	1.486.136
Total de custos com benefícios de reforma	12.522.928	16.202.324
Custos com redução de efetivos		
Programa de redução de efetivos	24.028	439.958
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	619.865	412.020
Total de custos de redução de efetivos	643.893	851.978

- (i) Esta rubrica está relacionada com as contribuições para a Segurança Social relativas ao serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.
- (ii) A Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária cujos ativos não são registados por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos; consequentemente, de acordo com o previsto na IFRIC 14 *Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e Respetiva Interação*, são reconhecidas perdas para aqueles planos em que não é possível reconhecer um ativo.

O detalhe dos ganhos (perdas) atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, os quais dizem respeito às operações em Portugal, é como se segue:

	euros	
	1T13	1T12
Alterações nos pressupostos atuariais (i)	-	(34.775.396)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (ii)	(4.257.024)	13.048.046
	(4.257.024)	(21.727.350)

- (i) No trimestre findo em 31 de março de 2012, esta rubrica corresponde ao impacto estimado da adopção do Dec-Lei 85-A/2012, o qual suspendeu o regime de reforma antecipada durante o período de assistência financeira a Portugal, resultando num aumento dos salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma.
- (ii) Estes ganhos e perdas atuariais líquidos registadas nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 estão relacionados com a diferença entre a rentabilidade real dos ativos dos planos de benefícios de reforma e a rentabilidade estimada dos mesmos que corresponde às taxas de desconto utilizadas para as respetivas responsabilidades. Nos trimestres findos a 31 de março de 2013 e 2012, a rentabilidade real dos ativos dos planos foi de +0,1% e +4,9%, respetivamente, em comparação com a taxa de desconto média trimestral utilizada para o cálculo da rentabilidade esperada dos ativos, a qual ascendeu a +0,9% e +1,2%, respetivamente.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 são como se segue:

	euros	
	1T13	1T12
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	34.210.738	35.602.240
Contribuições para os fundos de pensões (i)	8.659.118	11.816.125
Pagamentos relacionados com cuidados de saúde	3.997.396	5.174.770
Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões	151.160	317.138
	47.018.412	52.910.273
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (ii)	5.150.338	9.003.662
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	619.865	412.020
	52.788.615	62.325.955

- (i) Esta rubrica inclui essencialmente as contribuições para os planos de pensões da Oi nos montantes de 8,7 milhões de euros e 10,7 milhões de euros, respetivamente.
- (ii) Esta rubrica corresponde a contribuições pagas pela Portugal Telecom à Segurança Social, relacionadas com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

7. Outros custos (ganhos), líquidos

Os outros ganhos líquidos ascenderam a 21 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2013, o que compara com outros custos líquidos de 9 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Esta variação de 31 milhões de euros reflete essencialmente o reconhecimento de uma conta a receber relativa ao Contrato de Concessão da Rede Fixa.

8. Juros suportados, líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 5):

	euros	
	1T13	1T12
Juros suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	177.077.097	196.739.247
Outros	1.377.917	1.446.125
Juros obtidos		
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(31.391.790)	(89.541.737)
Outros	(1.388.976)	(1.021.372)
	145.674.248	107.622.263

O aumento nos juros suportados líquidos reflete principalmente (1) um aumento no custo médio da dívida líquida das operações em Portugal, de 3,6% no primeiro trimestre de 2012 para 5,3% no primeiro trimestre de 2013, devido essencialmente a um menor retorno das aplicações de tesouraria e também a um aumento no custo médio da dívida bruta, e (2) uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores (15 milhões de euros), refletindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média, parcialmente compensado pela redução do custo da dívida no Brasil e pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (11 milhões de euros). O aumento da dívida líquida média da Oi é essencialmente explicado (1) pelos pagamentos efetuados em abril de 2012 no âmbito da Reorganização Societária da Oi, (2) pelo free cash flow negativo gerado entre os primeiros trimestres de 2012 e 2013, refletindo principalmente pagamentos de processos judiciais, e (3) os dividendos pagos em maio e agosto de 2012.

9. Outros custos financeiros, líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 5):

	euros	
	1T13	1T12
Comissões e outros serviços bancários	16.594.699	19.036.952
Perdas (ganhos) com derivados, líquidos	(4.956)	3.965.683
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	(5.504.476)	3.435.410
Outros	6.475.854	8.800.710
	17.561.121	35.238.755

A redução nos outros custos financeiros líquidos, os quais incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, reflete essencialmente: (1) menores perdas cambiais líquidas nas operações em Portugal, devido ao impacto da desvalorização do Dólar face ao Euro sobre ativos denominados em dólares durante o trimestre findo em 31 de março de 2012, em comparação com uma valorização ocorrida no trimestre findo em 31 de março de 2013; e (2) uma perda de 4 milhões de euros registada no trimestre findo em 31 de março de 2012 relativamente à liquidação de um derivado de taxa de juro.

10. Imposto sobre o rendimento

Em 2013, as empresas localizadas em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros (10,0 milhões de euros em 2012) e de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 7,5 milhões de euros (10,0 milhões de euros em 2012), resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%.

As empresas localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que são consolidadas proporcionalmente, estão sujeitas a imposto sobre o rendimento à taxa nominal de 34%.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	euros	
	1T13	1T12
Resultado antes de impostos	71.064.734	101.039.634
Taxa nominal de imposto	31,5%	31,5%
	22.385.391	31.827.485
Taxas de imposto diferenciadas (i)	(5.049.542)	(3.854.398)
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	(2.362.598)	(4.367.360)
Diferenças permanentes (ii)	13.554.861	(3.066.815)
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	4.076.860	686.987
Regularizações à estimativa de impostos de exercícios anteriores	(312.661)	(2.206)
	32.292.311	21.223.693
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	43.458.953	54.182.787
Imposto diferido	(11.166.642)	(32.959.094)
	32.292.311	21.223.693

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a empresas do Grupo, nomeadamente nas operações internacionais.

(ii) O aumento nesta rubrica é explicado essencialmente por maiores juros suportados não tributáveis em Portugal e por determinadas despesas não tributáveis na Oi, como multas, donativos, patrocínios e dividendos prescritos, despesas essas que foram significativamente menores no primeiro trimestre de 2012.

O aumento no imposto sobre o rendimento consolidado, de 21 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2012 para 32 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2013, reflete essencialmente uma taxa efetiva significativamente menor nas operações no Brasil no primeiro trimestre de 2012. Excluindo a contribuição das operações no Brasil, e o efeito de despesas financeiras não dedutíveis mais elevadas e de maiores provisões para o imposto sobre o rendimento em Portugal no primeiro trimestre de 2013, a taxa efetiva de imposto teria sido de 28,5% no primeiro trimestre de 2013 e 31,3% no primeiro trimestre de 2012.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascenderam a 1.209 milhões de euros em 31 de março de 2013 e 1.180 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento explicado essencialmente pelo impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro (33 milhões euros). O aumento nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 922 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 929 milhões de euros em 31 de março de 2013, é também explicado pelo impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro (33 milhões euros), parcialmente compensado pelo reconhecimento em resultados dos ajustamentos de valor justo registrados em resultado da alocação do preço de compra relativo à aquisição pela Portugal Telecom dos investimentos na Oi e na Contax, concluída em março de 2011, e outras alocações do preço de compra decorrentes de outras concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores no Grupo Oi.

11. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 foram calculados como segue:

		euros	
		1T13	1T12
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(1)	26.746.652	55.401.248
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	7.607.015	7.408.999
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(3)	34.353.667	62.810.247
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(4)	855.028.595	860.014.731
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		84.175.084	79.787.234
	(5)	939.203.679	939.801.965
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom			
Básico	(1)/(4)	0,03	0,06
Diluído	(3)/(5)	0,03	0,06

(i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap*, e (2) a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi.

(ii) A alteração nesta rubrica diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em maio de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de abril de 2012, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 65 cêntimos, dos quais 21,5 cêntimos por ação já tinham sido pagos em 4 de janeiro de 2012 como um adiantamento sobre os lucros de 2011, no montante de 184.799.868 euros (Nota 14.f), e os restantes 43,5 cêntimos por ação foram pagos em 25 de maio de 2012, no montante total de 371.937.439 euros.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 19 de abril de 2013, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 32,5 cêntimos, o qual foi pago em 17 de maio de 2013.

Os montantes acima mencionados correspondem ao dividendo unitário pago relativamente às 896.512.500 ações emitidas ajustadas por ações próprias reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira, as quais incluem 20.640.000 ações detidas

através de contratos de *equity swap* e a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações que foram adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012.

12. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

	euros	
	31 mar 2013	31 dez 2012
Ativos tangíveis	6.126.029.432	6.018.873.354
Ativos intangíveis		
Licenças e outros direitos	3.649.806.021	3.540.432.361
Outros ativos intangíveis	99.790.858	99.693.726
	3.749.596.879	3.640.126.087
	9.875.626.311	9.658.999.441

As alterações ocorridas no valor contabilístico dos ativos tangíveis e intangíveis durante o trimestre findo em 31 de março de 2013 são essencialmente explicadas por:

- Custos com amortizações e depreciações de 340 milhões de euros;
- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante total de 287 milhões de euros (Nota 5); e
- Ajustamentos de conversão cambial positivos no montante de 272 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da apreciação do Real Brasileiro face ao Euro.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis foram como segue:

	euros	
	1T13	1T12
Amortizações e depreciações		
Ativos tangíveis	223.893.802	232.648.779
Ativos intangíveis	116.463.011	114.079.551
	340.356.813	346.728.330
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)		
Ativos tangíveis	262.047.417	239.352.571
Ativos intangíveis	24.484.321	19.544.149
	286.531.738	258.896.720

A redução de 6 milhões de euros nos custos com amortizações e depreciações no trimestre findo em 31 de março de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior, reflete essencialmente menores contributos do segmento de telecomunicações em Portugal (5 milhões de euros), já beneficiando de menores investimentos realizados nos últimos trimestres, e da Oi (1 milhão de euros), uma vez que o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (20 milhões de euros) mais do que compensou o aumento numa base de moeda constante, refletindo o aumento nos investimentos realizados em 2012 face a anos anteriores, incluindo a aquisição da licença de 4G em junho de 2012.

Em 31 de março de 2013, excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e existências nos montantes de 87 milhões de euros e 67 milhões de euros, respetivamente.

13. Dívida

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 11.036.611.811 euros e 11.098.505.875 euros e tinha a seguinte composição:

	31 mar 2013		31 dez 2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	735.414.648	-	732.944.410
Empréstimos por obrigações não convertíveis	1.029.733.527	6.058.662.632	1.079.735.369	5.873.764.355
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	333.798.228	2.213.798.204	186.722.516	2.475.411.145
Empréstimos internos	3.412.934	107.712.618	2.753.090	108.765.906
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	73.210.081	-	73.210.081	-
Papel comercial	255.750.000	-	175.750.000	-
Locação financeira	24.988.249	24.294.086	24.286.305	23.968.784
Instrumentos financeiros derivados	15.599.827	(60.294.095)	(31.333.877)	(7.657.476)
Outros financiamentos	30.853.035	189.677.837	201.629.403	178.555.864
	1.767.345.881	9.269.265.930	1.712.752.887	9.385.752.988

A diminuição de 62 milhões de euros na dívida bruta durante o trimestre de 31 de março de 2013 está relacionada essencialmente com uma redução de 350 milhões de euros no montante em dívida no âmbito de *credit facilities* contratadas pela PT Finance em anos anteriores. Este efeito foi parcialmente compensado por (1) um aumento de 80 milhões de euros no montante em dívida no âmbito do papel comercial emitido pela Portugal Telecom, e (2) um aumento de 199 milhões de euros na dívida bruta da Oi, devido essencialmente ao impacto da apreciação do Real Brasileiro face ao Euro (160 milhões de euros). Numa base de moeda constante, a dívida bruta da Oi teria aumentado apenas 40 milhões de euros, devido essencialmente as debentures emitidas pela Oi em março de 2013, no montante de 1.500 milhões de reais (150 milhões de euros) com maturidade em 2019, efeito que mais do que e compensou os diversos reembolsos efetuados durante o trimestre de acordo com o calendário de reembolsos divulgado no último relatório anual.

Com exceção do acima referido, durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2012 e (c) não contratou novas linhas de crédito nem emitiu obrigações de taxa variável de montante significativo. Adicionalmente, os reembolsos da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, a posição de liquidez, incluindo montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme e linhas de crédito acrescidos das disponibilidades, totalizou um montante de 3.161 milhões de euros.

Em 30 de abril de 2013, a PT Finance reembolsou o Eurobond emitido em abril de 2009 no montante de 1.000 milhões de euros, e em 10 de maio de 2013, a PT Finance emitiu um novo Eurobond no montante de 1.000 milhões de euros com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de cupão de 4,625%.

Em 11 de fevereiro de 2013, a Standard & Poors anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o rating de longo prazo de BB+ para BB com *outlook* negativo, e manteve o rating de curto prazo em B.

14. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros** - Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indiretos", e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal e ICMS no Brasil. A diminuição de 99 milhões de euros nesta rubrica reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro e o pagamento anual das taxas Fistel pela Oi, o qual em 2012 ocorreu em março enquanto em 2013 apenas ocorreu em abril.
- (b) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos ascenderam a 80.600.014 euros no trimestre findo em 31 de março de 2013, em comparação com pagamentos líquidos de 4.381.216 euros no trimestre findo em 31 de março de 2012.
- (c) **Recebimentos (pagamentos) respeitantes a juros e proveitos (custos) similares** - Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, os pagamentos respeitantes a juros suportados e custos similares líquidos dos recebimentos provenientes de juros obtidos e proveitos similares ascenderam a 129.810.290 euros e 121.341.359 euros, respetivamente. Este aumento está relacionado essencialmente com uma maior contribuição da Oi (25 milhões de euros), refletindo o aumento na sua dívida líquida média ao longo do ano passado, em resultado dos dividendos pagos em maio e agosto de 2012 e dos montantes despendidos em abril de 2012 no âmbito da conclusão da sua reorganização societária. A contribuição da Oi foi parcialmente compensada por menores pagamentos nas operações em Portugal (21 milhões de euros).
- (d) **Recebimentos de dividendos** - Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica corresponde a dividendos recebidos da CTM, empresa associada da Portugal Telecom.
- (e) **Empréstimos** - Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No trimestre findo em 31 de março de 2013, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 241.580.794 euros e, conforme explicado na Nota 13, refletem essencialmente (1) a redução no montante em dívida de linhas de crédito da Portugal Telecom (350 milhões de euros), efeito parcialmente compensado pela (2) emissão de debentures pela Oi no montante de 1.500 milhões de reais (150 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

No trimestre findo em 31 de março de 2012, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 1.128.948.031 euros e refletem essencialmente (1) o reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005, (2) o reembolso de debentures no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (166 milhões de euros consolidados proporcionalmente), e (3) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso estabelecidos. Estes efeitos foram parcialmente compensados por *senior notes* e debentures emitidos pela Oi, S.A. no total de 4.589 milhões de Reais Brasileiros (507 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

(f) **Dividendos pagos** – Os dividendos pagos durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	1T13	1T12
Oi (i)	14.891.114	4.218.279
MTC (ii)	10.101.130	-
Portugal Telecom (Nota 11)	-	184.799.868
Outras	6.529.931	3.567.940
	31.522.175	192.586.087

- (i) Os dividendos pagos pela Oi incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente à diferença entre a consolidação proporcional dos dividendos pagos por esta empresa e a consolidação dos montantes recebidos pelos seus acionistas controladores, incluindo a Telemar Participações, a AG Telecom Participações, a LF-Tel e a Bratel Brasil. No trimestre findo em 31 de março de 2013, esta rubrica respeita principalmente a dividendos pagos pela Oi em março de 2013, no montante de 840 milhões de reais.
- (ii) No trimestre findo em 31 de março de 2013, esta rubrica corresponde aos dividendos do ano fiscal de 2012, enquanto os dividendos do ano de 2011 tinham sido pagos no quarto trimestre de 2011.

(g) **Pagamentos resultantes de outras atividades de financiamento** - Esta rubrica inclui essencialmente (1) pagamentos respeitantes à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi (41 milhões de euros e 19 milhões de euros nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, respetivamente), e (2) pagamentos a acionistas não controladores da Africatel relativos a reduções de capital realizadas por esta empresa no primeiro trimestre de 2012 (13 milhões de euros).

15. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e controladas conjuntamente

Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as transações ocorridas durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	31 mar 2013	31 dez 2012	31 mar 2013	31 dez 2012	31 mar 2013	31 dez 2012
Entidades controladas conjuntamente (i)	6.361.419	5.657.114	-	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (ii)	255.412.277	245.675.718	7.355.025	5.809.113	-	-
Multitel	7.867.444	7.517.277	384.232	323.322	965.080	936.627
CTM	155.688	154.198	57.108	15.743	-	-
Outras	1.286.805	-	-	-	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	551.750	4.383.690	1.148.376	6.517.948	-	-
PT-ACS	2.812.931	2.417.335	2.866.903	2.386.234	-	-
Fundação PT	1.105.600	569.949	-	11	-	-
Sportinveste Multimédia	61.532	103.641	584.301	643.387	32.282.861	32.282.861
Siresp	15.034	38.179	5.880	-	1.387.000	1.513.090
Outras	275.960	230.808	573.376	502.404	2.439.333	2.478.408
	275.906.440	266.747.909	12.975.201	16.198.162	37.074.274	37.210.986

- (i) Esta rubrica refere-se essencialmente a saldos em dívida entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação.
- (ii) As contas a receber da Unitel em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro 2012 respeitam essencialmente a dividendos atribuídos por esta empresa associada.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	1T13	1T12	1T13	1T12	1T13	1T12
Entidades controladas conjuntamente (i)	763.485	512.621	29.868.256	18.581.571	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	1.245.363	2.067.731	3.191.571	3.904.110	331.118	-
Multitel	4.006	171.528	465.340	748.613	-	-
CTM	74.045	9.368	25.619	51.725	-	-
Outras	7.387	611	54.648	54.281	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (ii)	5.808.207	7.718.796	384.267	460.349	-	-
PT-ACS	2.773.967	3.681.370	673.028	437.575	-	-
Sportinveste Multimédia	276.996	281.502	49.432	35.252	8.559	17.360
Siresp	-	47.707	3.797.300	3.507.331	14.980	35.177
Outras	97.526	132.309	1.004.866	933.331	34.198	-
	11.050.982	14.623.543	39.514.327	28.714.138	388.855	52.537

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a saldos em dívida entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação.

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada basicamente com o declínio no negócio das listas telefónicas.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas;
- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia no âmbito do acordo de acionistas desta participada, de modo a financiar a sua atividade;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade, incluindo depósitos bancários, investimentos de curto prazo e financiamentos contratados pela Empresa com essas instituições financeiras, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 2013 e os saldos nessa data, excluindo os saldos em aberto relativos a depósitos, investimentos de curto prazo e financiamentos com os principais acionistas da Portugal Telecom, são como segue (incluindo IVA):

	euros			
Empresa	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Contas a receber	Contas a pagar
BES	18.576.134	5.440.143	3.791.326	493
Caixa Geral de Depósitos	5.752.116	2.103.360	3.056.158	51.647
Visabeira	2.275.332	19.638.810	25.419.155	12.716.220
Controlinveste	598.078	12.683.412	530.536	8.935.774
RS Holding	135.272	844.738	328.141	224.154
BlackRock	267	-	-	-
UBS	10	11.250	254	-
	27.337.209	40.721.713	33.125.570	21.928.288

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e de *equity swaps*.

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos aprovada pelo conselho de Administração da Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 31 de março de 2013, a exposição total desses investimentos ao BES, Rocha dos Santos Holding e Portugal Telecom ascendia a 69 milhões de euros, 104 milhões de euros e 67 milhões de euros, respetivamente, o que compara com 77 milhões de euros, 104 milhões de euros e 66 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

c) Outros

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 1,25 milhões de euros e 1,12 milhões de euros, respetivamente.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a receber uma remuneração variável em função da performance alcançada, 50% da qual deve ser paga no ano seguinte e os restantes 50% devem ser pagos 3 anos mais tarde se determinadas medidas de performance forem atingidas. A Portugal Telecom reconhece anualmente os encargos relativos a estas remunerações variáveis.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, cinco dos administradores (seis em 2012) da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa),

tendo recebido nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 uma compensação fixa total nos montantes de 0,49 milhões de Reais Brasileiros (0,18 milhões de euros) e 0,51 milhões de Reais Brasileiros (0,22 milhões de euros), respetivamente, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de março de 2013, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 1,0 milhões de euros e 1,1 milhões de euros, respetivamente, e não foram pagas quaisquer remunerações variáveis.

16. Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2013, a PT Finance reembolsou o Eurobond emitido em abril de 2009 no montante de 1.000 milhões de euros, e em 10 de maio de 2013, a PT Finance emitiu um novo Eurobond no montante de 1.000 milhões de euros com uma maturidade de 7 anos e uma taxa de cupão de 4,625%.

Em 2 de abril de 2013, conforme explicado em maior detalhe na Nota 1, a Contax levou a cabo uma reestruturação societária em resultado da qual a Portugal Telecom aumentou sua participação efetiva na Contax de 19,5% para 21,1%.

Glossário

ADR	American Depositary Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.
ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.
Curtailment costs	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
CCPU	Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período.
CDMA	Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.
CRM	Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.
Custos de curtailment	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
Dívida líquida	Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo - Disponibilidades e títulos negociáveis.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Empresas	Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Euronext ou Euronext Lisbon	Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.

Glossário

Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.
FTTH	Rede de fibra óptica.
Gearing	Gearing = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.
NGAN	Next generation access network. Redes de acesso de nova geração.
NYSE	New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.
Oferta triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.
PRB	Post Retirement Benefits Costs. Custos com Benefícios de Reforma
PSTN	Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

Glossário

Resultados líquidos por acção diluídos	Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.
RGU de retalho por acesso	Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS.
SARC	Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clients. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$.
SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
Oferta Triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.
Pessoal	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
PBO	Responsabilidades com benefícios de reforma
Planos Tribais	Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.
Receitas não voz como % das receitas	Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz.
Residencial	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
VoD	Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de vídeos.
Wholesale, outros e eliminações	Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.
3G	3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.